NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

Metalúrgica Gerdau S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede em São Paulo, capital. A Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas direta e indiretas ("Companhia") é líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo. No Brasil, também produz aços planos e minério de ferro, atividades que ampliam o mix de produtos oferecidos ao mercado e a competitividade das operações. Além disso, a Companhia acredita ser a maior recicladora da América Latina e, no mundo, transforma, anualmente, milhões de toneladas de sucata em aço, reforçando seu compromisso com o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. As ações das empresas Gerdau estão listadas nas bolsas de valores de São Paulo, Nova Iorque e Madri.

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas da Metalúrgica Gerdau S.A. e controladas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 18/02/2020.

NOTA 2 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 - Base de elaboração e apresentação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão identificadas como "Consolidado" e as Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora estão identificadas como "Controladora".

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as Demonstrações Financeiras, estão demonstradas na nota 2.17. As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC que estavam em vigor em 31/12/2019.

a) Investimentos em empresas controladas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras individuais da Metalúrgica Gerdau S.A. e todas suas empresas controladas. A Companhia controla uma empresa quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis que se originam do seu envolvimento com a entidade e da capacidade de afetar os resultados desta através do seu poder de controle. Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é obtido. A consolidação é descontinuada quando o controle deixa de existir.

A participação de terceiros no Patrimônio Líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração do resultado consolidado, respectivamente, na conta de "Participações dos acionistas não-controladores".

Para as aquisições de empresas, os ativos, passivos e passivos contingentes de uma controlada são mensurados pelo respectivo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao valor justo dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registrada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição. A participação dos acionistas não-controladores é apresentada pela respectiva proporção do valor justo dos ativos e passivos identificados. Os saldos e transações entre as empresas consolidadas foram eliminados no processo de consolidação. Ganhos e perdas decorrentes das transações entre empresas da Companhia são igualmente eliminados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Investimentos em empresas com controle conjunto e empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas

Empresas com controle conjunto (*joint ventures*) são aquelas nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Companhia e por um ou mais sócios. Empresas coligadas são aquelas nas quais a Companhia exerce influência significativa, mas sem exercer o controle. Os investimentos em empresas coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

c) Investimentos em empresas controladas, coligadas e com controle conjunto nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora

Os investimentos nestas empresas, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial.

d) Método de Equivalência Patrimonial

De acordo com este método, as participações sobre os investimentos são reconhecidas no balanço patrimonial ao custo, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados e resultados abrangentes líquidos destes em contrapartida de resultado da equivalência patrimonial e/ou em resultados abrangentes e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Adicionalmente, as participações poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas pela não recuperabilidade do investimento (*impairment*). Os dividendos recebidos destas empresas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

2.2 - Conversão de saldos em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. As Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Metalúrgica Gerdau S.A.. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Transações e saldos

Para fins das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e os saldos patrimoniais de cada empresa da Companhia são convertidos para reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

c) Empresas do grupo

Para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras Consolidadas, os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação, conforme abaixo. O mesmo procedimento é adotado para fins de apresentação, nas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora, do saldo do investimento, do resultado da equivalência patrimonial e das variações cambiais resultantes do processo de conversão:

- i) os saldos ativos e passivos s\u00e3o convertidos \u00e0 taxa de c\u00e1mbio vigente na data de encerramento das Demonstra\u00f3\u00f3es Financeiras Consolidadas;
- ii) as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio;
- iii) todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na linha "Ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira"; e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

iv) os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados.

d) Hiperinflação na Venezuela e Argentina

A Venezuela é considerada um país com hiperinflação e por esta razão, as Demonstrações Financeiras da controlada localizada neste país estão sendo atualizadas de maneira que seus valores estejam demonstrados na unidade monetária de mensuração do final do exercício, que considera os efeitos medidos pelo Índice de Preços ao Consumidor da Venezuela.

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (IAS29) passou a ser requerida. De acordo com o IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice de preços ao consumidor. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou os conceitos do IAS 29 para as suas controladas na Argentina. Os ativos e passivos não monetários registrados pelo custo histórico e o patrimônio líquido das controladas na Argentina foram atualizados pela inflação. Os impactos de hiperinflação resultantes de alterações no poder de compra geral até 30/06/2018 foram reportados como ajustes de avaliação patrimonial e os impactos das alterações no poder de compra geral a partir de 1/07/2018 foram reportados no resultado financeiro da demonstração de resultados da Companhia. Em decorrência dos efeitos acima, em 31/12/2018, a Companhia reconheceu em seu Patrimônio líquido consolidado R\$ 507.887, liquido dos efeitos tributários, e em sua Demonstração de resultado consolidada o montante de R\$ (38.105) no resultado financeiro e de R\$ (29.455) no lucro líquido do exercício.

2.3 – Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado, a valor justo por meio do resultado ou a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido.

a) Ativos financeiros a custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

b) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

c) Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método de juro efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes. No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

d) Redução ao valor recuperável dos ativos financeiros

A Companhia mensura as perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas. As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros foram calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. A Companhia apresenta a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros em linha específica na Demonstração do Resultado.

e) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

f) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

g) Instrumentos Financeiros

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Essa escolha é feita investimento por investimento.

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

h) Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

2.4 – Estoques

Os estoques são avaliados com base no menor valor entre o custo histórico de aquisição e produção e o valor líquido realizável. O custo de aquisição e produção é acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis.

O valor líquido realizável é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados para conclusão e despesas de vendas diretamente relacionadas. Informações referentes à abertura do valor líquido realizável estão demonstradas na nota 6.

2.5 - Imobilizado

A Companhia utilizou o custo histórico, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos da IAS 29, deduzido das respectivas depreciações, à exceção dos terrenos, que não são depreciados. A Companhia agrega mensalmente ao custo de construção de ativos qualificáveis, que são ativos que, necessariamente, demandam um período de tempo substancial para ficarem prontos para seu uso pretendido, os custos de empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) o período de capitalização ocorre quando o imobilizado encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização dos custos de empréstimos quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) os custos de empréstimos são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos vigentes da data da capitalização ou a taxa específica, no caso de empréstimos para a aquisição de imobilizado; (c) os custos de empréstimos capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os custos de empréstimos capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

A depreciação é calculada pelo método linear ajustado pelo nível de utilização de certos ativos, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e o valor residual estimado dos ativos no final de sua vida útil. O valor residual ao final da vida útil e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

Direitos de exploração mineral são classificados como Terrenos, Prédios e Construções no grupo de imobilizado. Gastos com exploração são reconhecidos como despesas até se estabelecer a viabilidade da atividade de mineração e após esse período os custos subsequentes são capitalizados. Custos para o desenvolvimento de novas jazidas de minério, ou para a expansão da capacidade das minas em operação são capitalizados e amortizados com base na quantidade de minério extraída. Os gastos de remoção de estéril (custos associados com remoção de estéril e outros materiais residuais), incorridos durante a fase de desenvolvimento de uma mina, antes da fase de produção, são contabilizados como parte dos custos

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

depreciáveis de desenvolvimento. Subsequentemente, estes custos são depreciados durante o período de vida útil da mina. Os gastos com remoção de estéril, após o início da fase produtiva da mina, são tratados como custo de produção. A exaustão das minas é calculada com base na quantidade de minério extraída.

O valor residual dos itens do imobilizado é reduzido imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6 – Ágio

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, na respectiva data de aquisição.

O ágio é registrado como ativo e incluído nas contas "Investimentos avaliados por equivalência patrimonial", na controladora, e "Ágio", no consolidado. O ágio não é amortizado, sendo sujeito a testes de *impairment* anualmente ou sempre que existirem indícios de eventual perda de valor. Qualquer perda por *impairment* é registrada de imediato como custo na demonstração dos resultados e não é suscetível de reversão posterior. O ágio é alocado aos segmentos de negócio, os quais representam o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado pela Administração.

Em situações de venda de uma controlada, entidade controlada em conjunto, ou coligada, o ágio é incluído na determinação dos ganhos e perdas.

2.7 – Outros ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição e subsequentemente deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são compostos principalmente por ativos que representam a capacidade de geração de valor agregado de companhias adquiridas com base no histórico de relacionamento com clientes e fornecedores, software e outros. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (nota 2.8).

Para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível e tem como contrapartida a conta de custo das vendas. O intangível do relacionamento com clientes e fornecedores é amortizado com base em critério que considera o futuro benefício econômico esperado fornecido ao longo do tempo por esses novos clientes e fornecedores adquiridos.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

2.8 – Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros e reversão de provisão constituídas

Na data de cada Demonstração Financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) seu valor justo menos custos estimados de venda e (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano, em dezembro.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada, conforme demonstrado na nota 30.1.

A Companhia não acredita que existam indicativos de uma alteração material nas estimativas e premissas usadas no cálculo de perdas por recuperabilidade de ativos de vida longa. Entretanto, se os resultados atuais ou futuros não forem consistentes com as estimativas e premissas usadas nos fluxos de caixa futuros estimados e valor justo dos ativos, a Companhia pode estar exposta a perdas que podem ser materiais.

2.9 - Passivos financeiros e instrumentos patrimoniais

a) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

b) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Instrumentos financeiros derivativos e hedge

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Companhia mede seus instrumentos financeiros derivativos com base em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das Demonstrações Financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um *hedge* de fluxo de caixa ou um *hedge* de investimento líquido são registradas na demonstração de resultados abrangentes.

A Companhia avalia, tanto no início da cobertura do *hedge* quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação das alterações no justo valor ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de hedge de fluxo de caixa é vendido, terminado, vencido ou exercido, a cobertura de *hedge* é descontinuada prospectivamente, mas o ganho ou perda cumulativo não realizado, permanece reconhecido na demonstração do resultado abrangente. O ganho e perda cumulativo é transferido do resultado abrangente e reconhecido na demonstração do resultado quando a operação coberta for reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação ocorra, o ganho ou perda acumulado é imediatamente transferido para a demonstração do resultado. Nos casos de hedge de investimento líquido o montante registrado na demonstração do resultado abrangente é baixado e reconhecido na demonstração do resultado quando ocorrer a baixa/venda do investimento objeto do hedge. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como *hedge* são reconhecidas na linha de (Perdas) Ganhos com instrumentos financeiros, líquido, na demonstração do resultado.

d) Instrumentos de patrimônio líquido

O componente do patrimônio líquido é reconhecido inicialmente pela diferença entre o valor justo do instrumento financeiro composto como um todo e o valor justo do componente passivo. Quaisquer custos de transação diretamente

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

atribuíveis são alocados para os componentes de passivo e patrimônio líquido proporcionalmente aos seus valores contábeis iniciais.

2.10 – Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras nos países onde as controladas e coligadas da Companhia operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a alíquotas de impostos com vigência na data base das Demonstrações Financeiras. O Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes a valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das Demonstrações Financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia e de suas controladas, quando aplicável. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável com base em lucros tributáveis futuros.

A Companhia somente reconhece uma provisão sobre assuntos fiscais se um evento passado originar uma obrigação presente. A Companhia determina se uma obrigação presente existir no final do exercício tomando em consideração todas as evidências disponíveis, incluindo, por exemplo, a opinião de assessores jurídicos. A Companhia também leva em consideração se é mais provável do que não, que existirá uma saída de ativos e se uma estimativa confiável pode ser feita.

2.11 - Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria, assistência médica, participação nos lucros, bônus, pagamento com base em ações e outros benefícios de aposentadoria e desligamento. Os principais planos de benefícios concedidos aos empregados da Companhia estão descritos nas notas 21 e 27.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados. Eventuais superávits com planos de benefícios a empregados também são contabilizados, reconhecidos até o montante provável de redução nas contribuições futuras da patrocinadora para estes planos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As remensurações atuariais geradas por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidas diretamente na Demonstração dos resultados abrangentes, conforme descrito na nota 21.

Na contabilização dos benefícios de pensão e pós-emprego, são usadas várias estatísticas e outros fatores, na tentativa de antecipar futuros eventos, no cálculo da despesa e da obrigação relacionada com os planos. Esses fatores incluem premissas de taxa de desconto, retorno esperado dos ativos do plano, aumentos futuros do custo com tratamento de saúde e taxa de aumentos futuros de remuneração. Adicionalmente, a Companhia e seus consultores atuariais também usam fatores subjetivos, como taxas de desligamento, rotatividade e mortalidade para estimar estes fatores. As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais, taxas de desligamento maiores ou menores ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes.

2.12 - Outros ativos e passivos circulantes e não-circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos (passivos).

2.13 – Transações com partes relacionadas

Os contratos de mútuos entre as empresas no Brasil e no exterior são atualizados pelos encargos contratados mais variação cambial, quando aplicável. Estes contratos possuem data de vencimento, com possibilidade de extensão de prazo mediante acordo entre as partes. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

2.14 – Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

O estatuto social da Metalúrgica Gerdau S.A. prevê que, no mínimo, 30% do lucro anual seja distribuído como dividendos; portanto, a Metalúrgica Gerdau S.A. registra provisão, no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito acima.

2.15 - Reconhecimento da receita de vendas

A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos e dos descontos incidentes sobre esta. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Os fretes sobre vendas são incluídos no custo das vendas.

2.16 - Investimentos em prevenção de danos ao meio ambiente e provisão para passivos ambientais

Custos ambientais são relacionados as operações normais e são registrados como despesa ou capitalizadas conforme o caso. Os que são relacionados a uma condição existente causada por operações do passado e que não contribuem para atuais ou futuras receitas geradas ou redução de custos são registrados como despesa. Passivos são registrados quando a avaliação ambiental ou esforços de restauração são prováveis e o custo pode ser razoavelmente estimado, discussões com autoridades ambientais e outras premissas relevantes para a estimativa da natureza e extensão da restauração que pode ser requerida. O custo final é dependente de fatores que não podem ser controlados, como o escopo e metodologia dos requerimentos da ação de restauração a ser estabelecida pelas autoridades ambientais e de saúde pública, novas leis ou regulamentos governamentais, rápida alteração tecnológica e o surgimento de algum litígio relacionado. Passivos ambientais são ajustados a valor presente se o montante agregado da obrigação e o montante e prazo dos desembolsos de caixa forem fixos ou puderem ser determinados de uma maneira confiável.

2.17 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à estimativa do valor de recuperação de ágios e ativos de vida longa (nota 30), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (nota 19), recuperabilidade de tributos diferidos ativos (nota 8), estimativas referentes a seleção da taxa de juros, retorno esperado dos ativos, escolha da tábua de mortalidade e expectativa de aumento dos salários (nota 21), e planos de incentivo de longo prazo através da seleção do modelo de avaliação e de taxas (nota 27). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

2.18 – Combinações de negócios para as Demonstrações Financeiras

a) Aquisições nas quais o controle é obtido em etapas

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pelo Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida antes da data de aquisição que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

b) Aquisições onde o controle é obtido inicialmente

As aquisições são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo da aquisição é mensurado pelo total dos valores justos (na data de aquisição) dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos e instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas pelos seus valores justos na data da aquisição, sendo a participação dos acionistas não-controladores na adquirida inicialmente medida na proporção dos acionistas não-controladores do valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes reconhecidos. Gastos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

c) Aumentos/reduções na participação de não-controladores

Aquisições após a Companhia obter o controle são tratadas como aquisições de ações de acionistas não controladores: Os ativos e passivos identificáveis da entidade adquirida não estão sujeitos a reavaliações posteriores, e a diferença negativa ou positiva entre o custo dessa aquisição subsequente e o valor líquido da parcela adicional proporcional da Companhia é registrada no patrimônio líquido.

d) Perda de controle de uma controlada

Quando o controle de uma controlada é perdido como resultado de uma transação, evento ou outra circunstância, a Companhia reverte todos ativos, passivos e participações de não controladores pelos seus saldos registrados. Qualquer participação remanescente na controlada é reconhecida pelo valor justo na data em que o controle é perdido. Esse valor justo é refletido no cálculo do ganho ou perda na alienação e é atribuído a controladora e se torna o montante inicial reconhecido para contabilizações subsequentes para a participação remanescente.

2.19 - Informações por Segmento

Os órgãos responsáveis por tomar as decisões operacionais, de alocação de recursos e de avaliação de desempenho, incluem a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração. As informações apresentadas à alta administração com o respectivo desempenho de cada segmento são derivadas dos registros mantidos de acordo com as práticas contábeis, com algumas realocações entre os segmentos.

Os segmentos da Companhia são os seguintes: Operação Brasil (inclui as operações de aço e minério de ferro no Brasil, exceto Aços Especiais), Operação América do Norte (inclui todas as operações na América do Norte, incluindo a empresa de controle conjunto no México, exceto aços especiais), Operação América do Sul (inclui todas as operações na América do Sul, exceto as operações do Brasil e inclui a empresa de controle conjunto na República Dominicana e Colômbia) e Operação Aços Especiais (inclui as operações de aços especiais no Brasil e nos Estados Unidos e a empresa com controle compartilhado no Brasil).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

2.20 - Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 (CPC 41), *Earnings* per Share (Lucro por ação), as tabelas apresentadas na nota 25 reconciliam o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído. A Companhia não possui instrumentos que não tenham sido incluídos no cálculo do lucro por ação por serem antidilutivos.

2.21 - Planos de Incentivo de Longo Prazo

A Companhia efetua a liquidação dos planos de opção de ação entregando ações de sua própria emissão, que são mantidas em tesouraria até o efetivo exercício das opções por parte dos empregados. Adicionalmente, a Companhia tem como outros planos de incentivos de longo prazo, os seguintes instrumentos: Opções de ações, Ações Restritas, Direito de Apreciação de Ações e Performance de Ações, conforme apresentados na nota 27.

2.22 – Operações de Arrendamento Mercantil – Política aplicável a partir de 01/01/2019

A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

2.23 – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora e Consolidadas.

2.24 - Novos IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira do IASB)

A Companhia adotou o IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e o IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda, a partir de 1/01/2019.

a) IFRS 16 — Operações de Arrendamento Mercantil. Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Esta norma substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 / IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Companhia reconhece a partir de 2019 novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A natureza das despesas relacionadas a estes arrendamentos muda porque a Companhia passa a reconhecer uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. A Companhia reconhecia até 2018 uma despesa de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento. A Companhia não teve impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros.

A nova norma fornece expedientes práticos cuja a eleição é opcional. A Companhia adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não reavaliou se o contrato é ou contém arrendamento na data da aplicação inicial, em vez disso, aplicou o CPC 06 (R2) a contratos que foram anteriormente identificados como arrendamento, utilizando o CPC 06 (IAS 17) e a ICPC 03 (IFRIC 4);
- 2) Não separou componentes de não arrendamento de componentes de arrendamento considerando-os, então, como um único componente de arrendamento;

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

- 3) Não registrou os contratos com prazo superior a 12 meses, que na data de transição, se encerrarão dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- 4) Não registrou contratos de baixo valor;
- 5) Excluiu custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial;
- 6) Fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, se o contrato contém opções para prorrogar ou rescindir o arrendamento, dentre outros; e
- 7) Aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como prazo de arrendamento remanescente similar, classes similares de ativos subjacentes em ambiente econômico similar).

Elementos variáveis dos pagamentos relacionados aos arrendamentos (como, por exemplo, um contrato de locação de máquinas e/ou equipamentos com partes dos pagamentos baseados na produtividade do ativo) não são considerados no cálculo do passivo, sendo registrados como despesa operacional. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado. Em 01/01/2019, o direito de uso de ativos de arrendamento mercantil, bem como a obrigação de arrendamento mercantil representam o montante de R\$ 836.368 no consolidado. A Companhia tem reconhecido em 31/12/2019 um ativo de direito de uso no montante de R\$ 777.314 no consolidado, um passivo circulante de arrendamento mercantil de R\$ 202.536 no consolidado e um passivo não-circulante de arrendamento mercantil de R\$ 601.733 no consolidado. A Companhia adotou esta norma em 01/01/2019 sem atualização das informações comparativas, bem como aplicou a norma para todos os contratos celebrados antes de 01/01/2019 que eram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R1) / IAS 17 e a ICPC 03 / IFRIC 4.

b) Emissão da interpretação IFRIC 23 – Incertezas no tratamento de impostos sobre a renda. Estabelece aspectos de reconhecimento e mensuração da norma IAS 12 quando existir incertezas sobre o tratamento do imposto de renda relacionados a impostos ativos ou passivos e correntes ou diferidos, baseados em lucros tributáveis, prejuízos fiscais, bases tributáveis, perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais. Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2019. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, o IASB emitiu/revisou algumas normas IFRS, as quais tem sua adoção para o exercício de 2020 ou após, e a Companhia apresenta abaixo a avaliação dos impactos da adoção destas normas em suas Demonstrações Financeiras:

- Alteração da norma IFRS 3 Definição de negócio. Esclarece aspectos para a definição de negócio, de forma a esclarecer quando uma transação deve ter tratamento contábil de combinação de negócios ou aquisição de ativos. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos em possíveis eventos futuros de combinações de negócios ou aquisição de ativos.
- Alteração das normas IAS 1 e IAS 8 Definição de materialidade. Esclarece aspectos de materialidade para o enquadramento da norma contábil onde este conceito é aplicável. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração das normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 Reforma da taxa de juros. Esclarece aspectos relacionados a taxa de juros em instrumentos financeiros de hedge. Estas alterações de normas são efetivas para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2020. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.
- Alteração da norma IAS 1 Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como Passivo Circulante ou Passivo Não-circulante. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2022. A Companhia não espera impactos significativos nas suas Demonstrações Financeiras.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 3 -DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

3.1 - Empresas controladas

A lista a seguir apresenta as principais participações nas controladas consolidadas, como segue:

11 lista a seguir apresenta as principais participações has controladas			l de participação
Empresa controladas	País —		Capital total (*)
		2019	2018
Gerdau S.A.	Brasil	36,95	38,52
Gerdau GTL Spain S.L.	Espanha	100,00	100,00
Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda Grupo Gerdau	Brasil	100,00	100,00
Gerdau Ameristeel Corporation e controladas (1)	EUA/Canadá	100,00	100,00
Gerdau Açominas S.A.	Brasil	99,83	99,83
Gerdau Aços Longos S.A. e controladas (2)	Brasil	99,82	99,78
Gerdau Steel Inc.	Canadá	100,00	100,00
Gerdau Holdings Inc. e controlada (3)	EUA	100,00	100,00
Paraopeba - Fundo de Investimento Renda Fixa (4)	Brasil	98,07	98,60
Gerdau Hungria Holdings Limited Liability Company	Hungria	100,00	100,00
GTL Equity Investments Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Empresa Siderúrgica del Perú S.A.A Siderperú	Peru	90,03	90,03
Gerdau GTL México, S.A. de C.V. e controladas (5)	México	100,00	100,00
Seiva S.A Florestas e Indústrias	Brasil	97,73	97,73
Gerdau Laisa S.A.	Uruguai	100,00	100,00
Sipar Gerdau Inversiones S.A.	Argentina	99,99	99,99
Sipar Aceros S.A. e controlada (6)	Argentina	99,98	99,98
Sizuca - Siderúrgica Zuliana, C. A.	Venezuela	100,00	100,00
GTL Trade Finance Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00
Gerdau Trade Inc.	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	100,00

- (*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total, exceto pela Gerdau S.A. onde o capital votante é de 97,26% em 31/12/2019 e em 31/12/2018. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da controlada.
- (1) Controladas: Gerdau Ameristeel US Inc., Chaparral Steel Company.
- (2) Controladas: Gerdau Açominas Overseas Ltd. G2L Logistica Ltda
- (3) Controlada: Gerdau MacSteel Inc..
- (4) Fundo de investimento de renda fixa, administrado pelo Banco J. P. Morgan S.A..
- (5) Controladas: Sidertul S.A. de C.V., e GTL Servicios Administrativos México, S.A. de C.V..
- (6) Controlada: Siderco S.A..

As informações financeiras da empresa controlada a qual o saldo dos não-controladores é material, estão demonstradas a seguir:

Gerdau S.A.	2019	2018
Ativo Circulante	3.206.538	1.458.611
Ativo Não-Circulante	34.849.845	34.464.440
Total do Ativo	38.056.383	35.923.051
Passivo Circulante	535.516	611.636
Passivo Não-Circulante	10.565.166	9.580.811
Patrimônio Líquido	26.955.701	25.730.604
Total do Passivo	38.056.383	35.923.051
Patrimônio Líquido alocado a não-controladores	16.995.569	15.819.078
Receita líquida de vendas	3.074.897	3.137.832
Lucro líquido do exercício	1.203.736	2.303.868
Lucro líquido alocado a não-controladores	758.956	1.416.409
Resultado abrangente para o exercício, líquido de impostos	1.565.581	2.668.728
Dividendos alocados a não-controladores	224.798	470.528

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

3.2 - Empresas com controle compartilhado

A tabela a seguir apresenta as participações nas empresas com controle conjunto.

	<u> </u>	Percentual	de participação
Empresas com controle compartilhado	País		Capital total (*)
		2019	2018
Bradley Steel Processors	Canadá	50,00	50,00
MRM Guide Rail	Canadá	50,00	50,00
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	México	70,00	50,00
Gerdau Metaldom Corp.	Rep. Dominicana	50,00	50,00
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Brasil	58,73	58,73
Diaco S.A.	Colombia	49,87	49,87
Junto Somos Mais Fidelização S.A.	Brasil	27,50	27,50

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da empresa com controle conjunto.

As informações financeiras das empresas com controle conjunto, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

	Empresas com controle compartilhado	
	2019	2018
Prejuízo líquido do exercício	(21.548)	(16.403)
Total dos resultados abrangentes	(21.548)	(16.403)

Durante o exercício de 2019, a Companhia efetuou aumento de capital na empresa Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V. no montante de R\$ 463.990, o que resultou na alteração da participação detida pela Companhia nesta empresa para 70,00%, permanecendo como empresa com controle compartilhado, conforme acordo de acionistas.

3.3 - Empresas coligadas

A lista a seguir apresenta as participações nas empresas coligadas.

_		Percentual d	le participação
Empresas coligadas	País		Capital total (*)
		2019	2018
Dona Francisca Energética S.A.	Brasil	51,82	51,82
Corsa Controladora, S.A. de C.V.	México	_	49,00

^(*) O capital votante é substancialmente igual ao capital total. As participações apresentadas representam o percentual detido pela empresa investidora direta e indiretamente no capital da coligada.

A Companhia não consolida as Demonstrações Financeiras da Dona Francisca Energética S.A. apesar de ter mais de 50% do capital total desta coligada, devido a direitos de proteção concedidos aos demais acionistas que impedem a Companhia de implementar na plenitude as decisões sobre a condução dos negócios da coligada.

As informações financeiras das empresas coligadas, avaliadas por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

_	Empresas coligadas	
_	2019	2018
Lucro líquido do exercício	31.249	31.806
Total dos resultados abrangentes	31.249	31.806

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Durante o exercício de 2019 ocorreu a incorporação da coligada Corsa Controladora, S.A. de C.V. na empresa com controle compartilhado Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.

3.4 - Aquisição de empresa

Em 26/11/2019, a Companhia, por meio da sua controlada Gerdau Aços Longos S.A., celebrou um acordo definitivo com a Hierros Añón, S.A. e Gallega de Mallas, S.L. para a aquisição de 96,35% das ações de emissão da Siderúrgica Latino-Americana S.A. ("SILAT"), localizada em Caucaia, na região metropolitana de Fortaleza, Estado do Ceará, por um valor econômico de US\$ 110,8 milhões (equivalente a R\$ 446,6 milhões em 31/12/2019), sujeito a ajustes habituais no valor da aquisição. Essa aquisição faz parte da estratégia da Gerdau de atender cada vez melhor seus clientes no mercado brasileiro. A conclusão da transação está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, bem como à verificação de outras condições suspensivas usuais para o seu desfecho. A Companhia manterá seus acionistas e o mercado em geral informados em relação aos próximos eventos da operação acima, conforme aplicável, na forma da lei e da regulamentação da CVM.

3.5 – Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas

Em 2018, como resultado das operações de venda de ativos, a Companhia reconheceu uma despesa de R\$ 414,5 milhões na linha de Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em sua Demonstração dos Resultados.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

_		<u>Controladora</u>		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Caixa	-	-	12.302	6.800
Bancos e aplicações de liquidez imediata	62	1.073	2.629.411	2.884.417
Caixa e equivalentes de caixa	62	1.073	2.641.713	2.891.217
Aplicações financeiras				
_		Controladora		Consolidado
_	2010	2018	2010	2018

14.146

14.146

24.427

24.427

3.652.949

3.652.949

Consolidado

459,470

459.470

Títulos para negociação

Títulos para negociação

Aplicações financeiras

Aplicações financeiras em títulos para negociação incluem Certificados de Depósitos Bancários - CDB e investimentos em títulos e valores mobiliários, os quais são registrados pelo seu valor justo. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

		Consorrado
	2019	2018
Contas a receber de clientes - no Brasil	1.193.971	1.056.625
Contas a receber de clientes - exportações a partir do Brasil	117.274	373.593
Contas a receber de clientes - controladas no exterior	1.459.204	1.929.595
(-) Provisão para risco de crédito	(98.079)	(158.157)
	2.672.370	3.201.656

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

		Consolidado
	2019	2018
Valores a vencer:	2.226.121	2.362.408
Vencidos:		
Até 30 dias	381.999	792.569
Entre 31 e 60 dias	58.972	63.294
Entre 61 e 90 dias	30.202	10.133
Entre 91 e 180 dias	15.384	22.261
Entre 181 e 360 dias	16.739	26.003
Acima de 360 dias	41.032	83.145
(-) Provisão para risco de crédito	(98.079)	(158.157)
	2.672.370	3.201.656

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia, líquida da provisão para risco de crédito, é o valor das contas a receber. A qualidade do crédito do contas a receber a vencer é considerada adequada, sendo que o valor do risco efetivo de eventuais perdas no contas a receber de clientes encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2018	(131.639)
Ajuste de adoção IFRS 9	(48.063)
Saldo ajustado em 01/01/2018	(179.702)
Créditos provisionados no exercício	(111.900)
Créditos recuperados no exercício	101.986
Créditos baixados definitivamente da posição	39.943
Variação cambial	(5.136)
Ativos mantidos para venda	(3.348)
Saldo em 31/12/2018	(158.157)
Créditos provisionados no exercício	(81.243)
Créditos recuperados no exercício	60.199
Créditos baixados definitivamente da posição	78.635
Variação cambial	2.487
Saldo em 31/12/2019	(98.079)

NOTA 6 – ESTOQUES

	Consolidado	
	2019	2018
Produtos prontos	3.302.569	3.985.964
Produtos em elaboração	1.426.607	1.688.794
Matérias-primas	1.611.334	2.296.074
Materiais de almoxarifado	974.412	784.517
Importações em andamento	384.123	426.044
(-) Provisão p/ ajuste ao valor líquido realizável	(39.308)	(13.704)
	7.659.737	9.167.689

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os saldos da provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoques, cuja provisão e reversão tem como contrapartida o custo das vendas, estão demonstrados abaixo:

	Consolidado
Saldo em 01/01/2018	(3.556)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(11.943)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	3.715
Variação cambial	(871)
Ativos mantidos para venda	(1.049)
Saldo em 31/12/2018	(13.704)
Provisão para ajuste ao valor líquido realizável de estoque	(46.693)
Reversão de ajuste ao valor líquido realizável de estoque	22.028
Variação cambial	(939)
Saldo em 31/12/2019	(39.308)

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

		Consolidado
Circulante	2019	2018
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	279.483	291.027
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	104.704	95.700
Programa de Integração Social	26.198	23.473
Imposto sobre Produtos Industrializados	26.173	44.312
Imposto sobre Valor Agregado	41.958	32.967
Outros	25.786	39.949
	504.302	527.428
Não Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	51.615	27.527
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	331.435	1.980
Programa de Integração Social e outros	82.499	2.558
	465.549	32.065
	969.851	559.493

A expectativa de realização dos créditos tributários de longo prazo é a seguinte:

		Consolidado
	2019	2018
2020	-	15.025
2021	190.773	10.846
2022	106.271	6.194
2023 em diante	168.505	
	465.549	32.065

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 8 - IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

No Brasil os impostos sobre a renda incluem o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), que representa um imposto adicional. As alíquotas oficiais para imposto de renda e contribuição social aplicáveis são de 25% e de 9%, respectivamente, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Além das alíquotas nacionais, conforme mencionado acima, a Companhia também está sujeita à tributação de impostos sobre a renda nas suas controladas no exterior, que variam entre 25,0% e 34,0%, sendo que existem controladas no exterior que possuem alíquota zero, as quais possuem principalmente atividades financeiras. As diferenças entre as alíquotas brasileiras e as alíquotas de outros países compõem a reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado na linha diferenças de alíquotas em empresas do exterior.

a) Reconciliação dos ajustes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) no resultado:

		Controladora		Consolidado
_	2019	2018	2019	2018
_	Total	Total	Total	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	425.084	816.672	1.654.558	2.089.401
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
(Despesa) Receita de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	(144.529)	(277.668)	(562.550)	(710.396)
Ajustes dos impostos referente:				
- diferença de alíquotas em empresas do exterior	-	-	75.428	663.116
- equivalência patrimonial	151.384	300.706	(5.797)	3.448
- juros sobre o capital próprio *	-	(48.872)	69	128.418
- incentivos fiscais	-	528	8.852	10.059
- não constituição de ativos fiscais diferidos	(6.844)	-	(6.844)	-
- realização de ativos fiscais diferidos não constituídos	-	7.776	1.097	13.235
- diferenças permanentes (líquidas)	(11)	(132)	31.912	43.409
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	(17.662)	(457.833)	151.289
Corrente	-	(17.662)	(240.400)	(646.871)
Diferido	-	-	(217.433)	798.160

^{*} A Lei Brasileira 9.249/95 prevê que a Companhia possa pagar Juros sobre Capital Próprio aos acionistas de forma adicional ou alternativa aos dividendos propostos, sujeita a limitações específicas, as quais resultam em dedução fiscal na determinação do imposto de renda e contribuição social. A limitação considera o maior entre: (i) TJLP (taxa de juros de longo prazo) aplicado sobre o patrimônio líquido da Companhia; ou (ii) 50% do lucro líquido do exercício. Esta despesa não é reconhecida para fins da preparação das demonstrações financeiras e por esse motivo não impacta o lucro líquido.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Composição e movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos, constituídos às alíquotas nominais:

Consolidado

	Saldo em 01/01/2018	Reconhecido no Resultado	Venda de Empresas Controladas e Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2018
Prejuízos fiscais	973.638	341.664	36.445	(11.814)	1.339.933
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários	355.782	(18.524)	-	-	337.258
cíveis e trabalhistas	275.463	(5.214)	168	_	270.417
Benefícios a empregados	282.803	(16.564)	67.184	(46.929)	286.494
Outras diferenças temporárias	410.300	93.094	17.177	5.247	525.818
Efeito de variação cambial diferida	1.060.527	223.850	-	-	1.284.377
Provisão para perdas	110.728	(33.165)	(12)	6.286	83.837
Alocação de ativos a valor justo	(497.534)	213.019	(89.859)	1.926	(372.448)
,	2.971.707	798.160	31.103	(45.284)	3.755.686
Ativo não-circulante	3.054.393				3.874.054
Passivo não-circulante	(82.686)				(118.368)
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecido no Resultado	Outros	Reconhecido em Resultados Abrangentes	Saldo em 31/12/2019
Prejuízos fiscais	1.339.933	4.781	(36.226)	32.976	1.341.464
Base negativa de contribuição social Provisão para passivos tributários	337.258	13.552	-	-	350.810
cíveis e trabalhistas	270.417	(27.848)	-	225	242.794
Benefícios a empregados	286.494	(29.739)	-	37.276	294.031
Outras diferenças temporárias	525.818	73.067	-	(23.166)	575.719
Efeito de variação cambial diferida	1.284.377	(106.640)	-	(309)	1.177.428
Provisão para perdas	83.837	(75.142)	-	14.923	23.618
Alocação de ativos a valor justo	(372.448)	(69.464)	-	(10.146)	(452.058)
	3.755.686	(217.433)	(36.226)	51.779	3.553.806
Ativo não-circulante					
Ativo nao-circulante	3.874.054				4.071.219

Os estudos de recuperabilidade dos saldos de impostos diferidos relacionados a prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizados pela Companhia e aprovados pelo Conselho de Administração estão fundamentados nos seus planos de negócio e alinhados com as demais projeções utilizadas pela Companhia como, por exemplo, nos testes de recuperabilidade de ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

c) Estimativa de recuperação de créditos de imposto de renda e contribuição social:

Consolidado

		Ativo		Passivo
	2019	2018	2019	2018
2019	-	609.546	-	(18.055)
2020	605.657	585.047	=	(25.144)
2021	467.153	338.896	(98.449)	(13.548)
2022	422.863	306.130	(110.031)	(14.009)
2023	464.514	373.875	(90.703)	(11.210)
2024 em diante	2.111.032	1.660.560	(218.230)	(36.402)
	4.071.219	3.874.054	(517.413)	(118.368)

d) Ativos fiscais não contabilizados:

Devido à falta de oportunidade de uso dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social em algumas empresas no Brasil, a Companhia não contabilizou uma porção de ativo fiscal de R\$ 998.036 (R\$ 994.838 em 31/12/2018), os quais não têm uma data final para expirar. As controladas da Companhia no exterior possuíam R\$ 668.729 (R\$ 398.364 em 31/12/2018) de prejuízos fiscais sobre perdas de capital cujos ativos fiscais diferidos não foram contabilizados e que expiram entre 2029 e 2037 e várias perdas fiscais decorrentes de créditos estaduais no exterior totalizando R\$ 1.384.598 (R\$ 795.775 em 31/12/2018), que expiram em várias datas entre 2020 e 2039.

NOTA 9 – INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Controladora

	Gerdau S.A.	Total
Saldo em 01/01/2018	9.038.468	9.038.468
Resultado da equivalência patrimonial	884.429	884.429
Ajustes de avaliação patrimonial	228.428	228.428
Permuta de ações	(10)	(10)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(313.617)	(313.617)
Efeito de aumento de participação em controladas	73.576	73.576
Saldo em 31/12/2018	9.911.274	9.911.274
Resultado da equivalência patrimonial	445.246	445.246
Ajustes de avaliação patrimonial	140.111	140.111
Venda de ações(1)	(390.647)	(390.647)
Permuta de ações	(128)	(128)
Dividendos/juros sobre capital próprio	(131.828)	(131.828)
Efeito de aumento de participação em controladas	(14.020)	(14.020)
Saldo em 31/12/2019	9.960.008	9.960.008

I) Durante o primeiro trimestre de 2019, a Metalúrgica Gerdau S.A. alienou 25,6 milhões de ações preferenciais de emissão da sua controlada Gerdau S.A., para fazer a liquidação de seus empréstimos e financiamentos.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Consolidado

	Investimentos na América do Norte	Investimentos na América do Sul	Investimentos em Aços Especiais	Investimentos no Brasil	Outros	Total
Saldo em 0101/2018	346.080	584.899	199.647	-	149.673	1.280.299
Resultado da equivalência patrimonial	(77.909)	51.648	15.629	(1.700)	22.473	10.141
Ajustes de avaliação patrimonial	33.101	96.045	(1.377)	(2.050)	-	125.719
Aumento de capital	-	-	-	7.000	-	7.000
Dividendos/juros sobre capital próprio		(31.359)	<u> </u>	<u> </u>	(23.998)	(55.357)
Saldo em 31/12/2018	301.272	701.233	213.899	3.250	148.148	1.367.802
Resultado da equivalência patrimonial	(111.637)	66.468	6.779	(828)	22.168	(17.050)
Ajustes de avaliação patrimonial	28.182	21.282	3.523	2.051	-	55.038
Aumento de capital	463.990		-	7.000	-	470.990
Redução de capital	-	(20.344)	-	-	-	(20.344)
Dividendos/juros sobre capital próprio		(20.247)	<u> </u>	-	(23.790)	(44.037)
Saldo em 31/12/2019	681.807	748.392	224.201	11.473	146.526	1.812.399

NOTA 10 - IMOBILIZADO

a) Síntese da movimentação do ativo imobilizado:

Consolidado

	Terrenos, prédios e	Máquinas, equipamentos e	Equipamento eletrônico de	Imobilizações		m
Custo imobilizado bruto	construções	instalações	dados	em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	9.090.618	28.016.604	711.638	950.679	1.175.697	39.945.236
Adições	13.739	66.764	11.811	983.519	119.101	1.194.934
Juros capitalizados	-	-	-	23.999	-	23.999
Transferencias	140.334	802.664	457	(949.888)	6.433	-
Baixas	(45.290)	(285.860)	(5.641)	(3.352)	(9.606)	(349.749)
Ativos mantidos para venda	(784.464)	(749.425)	(14.914)	(49.579)	(300.618)	(1.899.000)
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	699.724	-	-	-	699.724
Variação cambial	290.732	1.058.525	49.727	65.868	(2.893)	1.461.959
Saldo em 31/12/2018	8.705.669	29.608.996	753.078	1.021.246	988.114	41.077.103
Adições	28.449	76.756	13.955	1.506.343	121.097	1.746.600
Juros capitalizados	-	-	-	24.676	-	24.676
Transferencias	115.452	884.161	24.037	(1.038.693)	15.043	-
Baixas	(54.699)	(165.139)	(1.890)	(40.314)	(105.643)	(367.685)
Variação cambial	122.992	626.430	13.369	42.470	10.798	816.059
Saldo em 31/12/2019	8.917.863	31.031.204	802.549	1.515.728	1.029.409	43.296.753

	Terrenos, prédios e	Máquinas, equipamentos e	Equipamento eletrônico de	Imobilizações		
Depreciação acumulada	construções	instalações	dados	em andamento	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	(3.919.317)	(18.576.836)	(622.234)		(382.482)	(23.500.869)
Depreciação e exaustão	(291.326)	(1.128.138)	(34.814)	-	(130.611)	(1.584.889)
Transferencias	18.341	5.234	158	-	(23.733)	-
Baixas	29.944	258.609	2.609	-	7.970	299.132
Ativos mantidos para venda	105.787	286.204	11.667	-	234.271	637.929
Efeito da aplicação do IAS 29 - Economias Hiperinflacionárias	-	(265.654)	-	-	-	(265.654)
Variação cambial	(129.539)	(946.240)	(44.331)		4.452	(1.115.658)
Saldo em 31/12/2018	(4.186.110)	(20.366.821)	(686.945)		(290.133)	(25.530.009)
Depreciação e exaustão	(295.626)	(1.136.040)	(33.143)		(112.384)	(1.577.193)
Transferencias	-	(20)	-	-	20	-
Baixas	38.826	145.019	1.818	-	105.272	290.935
Variação cambial	(74.868)	(483.549)	(12.150)		(7.824)	(578.391)
Saldo em 31/12/2019	(4.517.778)	(21.841.411)	(730.420)		(305.049)	(27.394.658)
Imobilizado líquido						
Saldo em 31/12/2018	4.519.559	9.242.175	66.133	1.021.246	697.981	15.547.094
Saldo em 31/12/2019	4.400.085	9.189.793	72.129	1.515.728	724.360	15.902.095

A taxa média de capitalização de juros no exercício de 2019 é de 6,0% a.a. (5,7% a.a. em 2018).

METALÚRGICA GERDAU S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA

CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação, amortização e exaustão:

Vida útil
dos ativos imobilizadosPrédios e construções20 a 33 anosMáquinas, equipamentos e instalações10 a 20 anosMóveis e utensílios5 a 10 anosVeículos3 a 5 anosEquipamentos eletrônicos de dados2,5 a 6 anos

- b) Valores oferecidos em garantia Foram oferecidos bens do ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 0 (R\$ 5.164 em 31/12/2018) na controladora e R\$ 0 em 31/12/2019 (R\$ 90.463 em 31/12/2018) no consolidado.
- c) Perdas/Reversões pela não recuperabilidade de imobilizado Em 31/12/2019, o valor remanescente de ativos imobilizado objeto de perdas pela não recuperabilidade totaliza R\$ 124.761 para o grupo de "terrenos, prédios e construções" (R\$ 126.790 em 31/12/2018), R\$ 504.287 para máquinas, equipamentos e instalações (R\$ 569.303 em 31/12/2018) e R\$ 543.726 para imobilizações em andamento (R\$ 543.726 em 31/12/2018).

NOTA 11 – ÁGIOS

			Consolidado
	Montante	Perdas acumuladas pela	Ágio após as perdas pela não
	bruto do ágio	não recuperabilidade ativos	recuperabilidade de ativos
Saldo em 01/01/2018	14.599.903	(6.708.761)	7.891.142
(+/-) Variação cambial	2.283.577	(1.062.329)	1.221.248
Saldo em 31/12/2018	16.883.480	(7.771.090)	9.112.390
(+/-) Variação cambial	661.247	(304.326)	356.921
Saldo em 31/12/2019	17.544.727	(8.075.416)	9.469.311

A composição do ágio por segmento é a seguinte:

	Consolidado
31/12/2019	31/12/2018
373.135	373.135
2.969.752	2.854.888
6.126.424	5.884.367
9.469.311	9.112.390
	373.135 2.969.752 6.126.424

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 12 – OUTROS INTANGÍVEIS

Os outros intangíveis referem-se, substancialmente, ao relacionamento com clientes decorrente da aquisição de empresas e ao desenvolvimento de *software* com aplicação na gestão do negócio:

					Consolidado
	Relacionamento com	Desenvolvimento de	Relacionamento com		
	fornecedores	software	clientes	Outros	Total
Saldo em 01/01/2018	32.786	490.829	440.774	7.700	972.089
Variação cambial	-	28.598	77.593	1.243	107.434
Aquisição	-	67.388	-	-	67.388
Baixas	-	(3.791)	(88)	-	(3.879)
Amortização	(6.067)	(167.384)	(130.980)	(2.505)	(306.936)
Saldo em 31/12/2018	26.719	415.640	387.299	6.438	836.096
Variação cambial	-	6.137	12.586	472	19.195
Aquisição	-	100.313	-	-	100.313
Baixas	-	-	-	-	-
Amortização	(5.304)	(157.278)	(116.462)	(3.298)	(282.342)
Saldo em 31/12/2019	21.415	364.812	283.423	3.612	673.262
Vida útil média estimada	5 a 20 anos	7 anos	5 a 20 anos	5 anos	

A composição dos outros intangíveis por segmento é a seguinte:

	2019	2018
Brasil	238.243	295.107
Aços Especiais	132.934	136.910
América do Sul	1.729	1.441
América do Norte	300.356	402.638
	673.262	836.096

NOTA 13 – ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos de arrendamento mercantil:

Consolidado

Variação Cambial

Saldo em 31/12/2019

Arrendamento mercantil líquido Saldo em 31/12/2019

		viaquinas,			
	Terrenos, Prédios e	equipamentos e	Equipamento eletrônico		
Arrendamento mercantil bruto	construções	instalações	de dados	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	243.250	436.401	106.787	49.930	836.368
Adição	14.062	117.653	742	11.064	143.521
Baixas	(10.493)	(22.993)	(162)	(1.907)	(35.555)
Remensurações	33.322	(2.346)	=	1.236	32.212
Variação Cambial	3.853	4.571	46	2.119	10.589
Saldo em 31/12/2019	283.994	533.286	107.413	62.442	987.135
		Máquinas,			
	Terrenos, Prédios e	equipamentos e	Equipamento eletrônico		
Depreciação Acumulada	construções	instalações	de dados	Outros	Total
Saldo em 01/01/2019	<u> </u>	-	-	-	-
Depreciação	(50.080)	(127.399)	(15.419)	(21.873)	(214.771)
Baixas	1.330	4.250	32	976	6.588

b) Arrendamento mercantil a pagar:

Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

(733)

(49.483)

234.511

Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas em cada país onde a Companhia tem operações, ajustadas pelo spread de crédito da Companhia, onde em

410.009

92.017

40.777

777.314

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

31/12/2019 as taxas de desconto se situaram entre 5,1% a.a. a 10,8% a.a. em termos consolidados, variando conforme o país e prazo de duração do arrendamento mercantil.

Consolidado

Vencimento arrendamento mercantil	
2020	202.536
2021	172.870
2022	121.379
2023	85.878
2024	58.866
2025 em diante	162.740
	804.269
Arrendamento mercantil a pagar	
Passivo Circulante	202.536
Passivo Não-Circulante	601.733
Despesa de juros do exercício findo em 31/12/2019	83.620

c) Informação requerida pelo Oficio Circular CVM/SNC/SEP n° 02/2019:

Para fins de atendimento das informações requeridas pelo Oficio Circular CVM/SNC/SEP nº 02/2019, a Companhia informa os saldos de passivos de arrendamento mercantil oriundos das empresas situadas no Brasil, os quais totalizam R\$ 593.206 em 31/12/2019. Os pagamentos geram um direito potencial de PIS e COFINS incluídos na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento, de 9,25%.

Vencimento passivo de arrendamento mercantil - Empresas no Brasil - 31/12/2019

	Empresas no Brasil
2020	138.778
2021	119.796
2022	84.215
2023	58.957
2024	39.652
2025 em diante	151.809
	593.207

Outras informações de arrendamento mercantil das empresas no Brasil - 31/12/2019

	Empresas no Brasil
Arrendamento mercantil - direito de uso	572.422
Despesa de Juros do exercício findo em 31/12/2019	50.209
Despesa de Depreciação do exercício findo em 31/12/2019	139.125

A Companhia, em plena conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração do seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Tal vedação pode gerar distorções em um cenário de elevação de taxas de juros de longo prazo no Brasil, desta forma, a apresentação das tabelas acima com os vencimentos de arrendamento mercantil das empresas no Brasil possibilita que o usuário da informação financeira proceda com os seus cálculos e possa avaliar impactos que eventuais mudanças futuras nas taxas de juros de longo prazo e inflação possam trazer nos passivos do Brasil registrados pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 14 - FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores mercado doméstico	-	19	2.701.246	3.368.851
Fornecedores risco sacado	-	-	376.093	215.998
Fornecedores coligadas	-	-	4.283	7.400
Fornecedores importação	<u> </u>	<u>-</u>	681.146	742.822
		19	3.762.768	4.335.071

NOTA 15 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

		Controladora			Consolidado
	Encargos anuais (*)	2019	2018	2019	2018
Capital de giro	4,91%	-	-	107.312	2.424.246
Financiamento de imobilizado e outros	8,89%	-	398.691	843.099	1.603.972
Ten/Thirty Years Bonds	5,56%	<u> </u>		12.188.412	9.738.314
Total dos financiamentos			398.691	13.138.823	13.766.532
Circulante		-	398.691	1.544.211	2.220.874
Não circulante		-	-	11.594.612	11.545.658
Valor do principal dos financiamentos		-	377.778	12.958.565	13.556.235
Valor dos juros dos financiamentos		<u> </u>	20.913	180.258	210.297
Total dos financiamentos		<u> </u>	398.691	13.138.823	13.766.532

 $^{^{(*)}}$ Custo médio ponderado nominal de juros no Consolidado em 31/12/2019.

Em 31/12/2019, o custo médio ponderado nominal de juros do consolidado é de 5,73%.

Conforme descrito na nota 9, durante o primeiro trimestre de 2019, a Metalúrgica Gerdau S.A. alienou 25,6 milhões de ações preferenciais da controlada Gerdau S.A., para liquidação dos seus empréstimos e financiamentos.

Os empréstimos e financiamentos, denominados em reais, são corrigidos substancialmente por taxa fixa ou indexados ao CDI (Certificados de Depósito Interbancário)

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por moeda de origem:

		Consolidado
	2019	2018
Real (BRL)	111.492	2.760.301
Dólar Norte-Americano (USD)	12.960.521	10.924.355
Demais moedas	66.810	81.876
	13.138.823	13.766.532

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O cronograma de pagamento da parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

		Consolidado
	2019	2018
2020	-	2.253.958
2021	1.221.361	1.199.045
2022	105.137	121.490
2023	1.243.774	1.209.109
2024	1.531.163	2.426.456
2025 em diante	7.493.177	4.335.600
	11.594.612	11.545.658

a) Principais captações em 2019

Ao longo de 2019, a controlada Gerdau Aços Longos e Gerdau Açominas realizaram captações de capital de giro junto a instituições de primeira linha. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dessas operações era de US\$ 70 milhões (equivalentes a R\$ 282 milhões em 31/12/2019) com vencimentos no curto prazo.

Em novembro de 2019, a controlada GUSAP III LP concluiu a emissão de *Bonds* no valor total de US\$500 milhões (equivalentes a R\$ 2.015 milhões em 31/12/2019). As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia nesta transação que possui vencimento em janeiro de 2030.

b) Índices de monitoramento

Apenas operações com o BNDES contemplam monitoramento de índices de endividamento da Companhia estabelecidos em contrato. Numa eventual quebra do indicador na medição anual, a Companhia entraria em um período de cura e uma posterior renegociação de garantias, portanto, não se configurando em possibilidade de evento de *default*.

c) Linhas de crédito e contas garantidas

Em outubro de 2019, a Companhia concluiu a renovação da Linha de Crédito Global no valor total de US\$ 800 milhões (equivalentes a R\$ 3.224 milhões em 31/12/2019). A operação visa prover liquidez às controladas da América do Norte e América Latina, incluindo o Brasil. As empresas Gerdau S.A., Gerdau Açominas S.A. e Gerdau Aços Longos S.A. prestam garantia nesta transação que possui vencimento em outubro de 2024. Em 31/12/2019, o montante utilizado nesta linha era de US\$ 60 milhões (R\$ 241,8 milhões em 31/12/2019).

NOTA 16 – DEBÊNTURES

_						Controladora		Consolidado
	Assembléia	Quantidade e	m 31/12/2019					
Emissão	Geral	Emitida	Em carteira	Vencimento	2019	2018	2019	2018
Metalúrgica Gerdau S.A.								
5 ^a	07/07/2016	-	-	09/08/2019	-	250.159	-	250.159
Gerdau S.A.								
3ª - A e B	27/05/1982	-	-	01/06/2021	-	-	-	18.871
7ª	14/07/1982	-	-	01/07/2022	-	-	-	1.103
8ª	11/11/1982	-	-	02/05/2023	-	-	-	8.080
9 ^a	10/06/1983	-	-	01/09/2024	-	-	-	2.349
11 ^a - A e B	29/06/1990	-	-	01/06/2020	-	-	-	5.716
15 ^a	09/11/2018	1.500.000	-	21/11/2022	-	-	1.504.436	1.502.755
16 ^a - A	25/04/2019	600.000	-	06/05/2023	-	-	602.847	-
16 ^a - B	25/04/2019	800.000	-	06/05/2026			803.761	
Total Consolidado						250.159	2.911.044	1.789.033
Parcela do Circulante					-	250.159	18.015	252.915
Parcela do Não-circulante					-	-	2.893.029	1.536.118

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
2020	-	-	-	5.716
2021	-	-	-	18.871
2022	-	-	1.496.591	1.501.102
2023	-	-	598.530	8.080
2024	-	-	-	2.349
2025 em diante	<u> </u>	<u> </u>	797.908	=
		<u> </u>	2.893.029	1.536.118

- 5ª Emissão de Debêntures: Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia (AGE) realizada em 07/07/2016 foi aprovada a Quinta Emissão Privada de Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Colocação Privada. O valor da Emissão, subscrito e integralizado, foi de R\$ 450 milhões, representados por 4.500.000 debêntures, de valor nominal de R\$ 100,00. Os recursos líquidos foram utilizados para amortização, pagamento de juros e quitação de dívidas de curto prazo e reforço de caixa da Companhia. Em 23/08/2019, o Conselho de Administração da Metalúrgica Gerdau S.A. homologou o aumento do capital social no valor de R\$ 71.267 decorrentes da conversão voluntária de 712.677 debêntures, nos termos do Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Privada de Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações, da Espécie Quirografária, em série única, para Colocação Privada, da Metalúrgica Gerdau S.A., ao preço de conversão de R\$ 2,44 por ação, em 9.735.996 ações ordinárias e 19.471.992 ações preferenciais de emissão da Companhia. Como resultado desta última conversão voluntária de debêntures, em conjunto com o pagamento de R\$ 531 referente a debêntures que não foram convertidas ou permutadas, ocorreu a liquidação total destas debêntures.
- 16ª Emissão de Debêntures: Em Reunião do Conselho de Administração da controlada Gerdau S.A., realizada em 25/04/2019, foi aprovada a Décima Sexta Emissão de Debêntures Simples e não conversíveis em ações, em Duas Séries. O valor da Emissão, subscrito e integralizado, foi de R\$ 1.400 milhões, sendo R\$ 600 milhões na primeira série e R\$ 800 milhões na segunda série, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00. Os recursos líquidos foram utilizados para reforço de caixa, com o objetivo de atender seus negócios de gestão ordinária. As Debêntures da 1ª série possuem prazo de vencimento em 48 meses e juros remuneratórios equivalentes a 105,5% do CDI. As Debêntures da 2ª série possuem prazo de vencimento em 84 meses e juros remuneratórios equivalentes a 107,25% do CDI.

Resgate antecipado: Em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. realizada no dia 02/07/2019 foi deliberado autorizar o resgate antecipado da totalidade das debêntures das emissões 3ª A e B, 7ª, 8ª, 9ª e 11ª A e B. As importâncias pagas aos debenturistas foram corrigidas até 23 de setembro de 2019 (data de liquidação) nos termos das correspondentes Emissões de Debêntures.

As debêntures são denominadas em reais, não são conversíveis em ações, com juros variáveis a um percentual da taxa CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

A taxa média de juros dessas emissões foi de 6,18% para o exercício findo em 31/12/2019 (6,42% para o exercício findo em 31/12/2018).

NOTA 17 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais - a Metalúrgica Gerdau S.A. e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas a Aplicações financeiras, Empréstimos e Financiamentos, Debêntures, Partes relacionadas, Ganhos não realizados com instrumentos financeiros, Perdas não realizadas com instrumentos financeiros, Obrigações por compra de ações, Obrigações com FIDC, Outros ativos circulantes, Outros ativos não-circulantes, Outros passivos circulantes e Outros passivos não-circulantes.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A Companhia utiliza instrumentos derivativos e não derivativos como *hedges* de determinadas operações e aplica a metodologia de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para algumas dessas transações. Estas operações têm por objetivo a proteção da Companhia contra variações das taxas de câmbio de empréstimos denominados em moeda estrangeira e flutuações de taxas de juros. Estas transações são realizadas considerando exposições ativas ou passivas diretas, sem alavancagem.

b) Valor justo - o valor justo dos instrumentos financeiros anteriormente citados está demonstrado a seguir:

	<u>Controladora</u>					Consolidado		
		2019		2018		2019		2018
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo	contábil	justo
Ativos								
Aplicações financeiras	14.146	14.146	24.427	24.427	3.652.949	3.652.949	459.470	459.470
Partes relacionadas	-	-	-	-	95.445	95.445	27.939	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	2.846	2.846	33.417	33.417
Outros ativos circulantes	-	-	372	372	618.770	618.770	780.794	780.794
Outros ativos não-circulantes	287	287	320	320	464.455	464.455	449.912	449.912
Passivos								
Empréstimos e Financiamentos	-	-	398.691	398.691	13.138.823	14.288.142	13.766.532	13.931.997
Debêntures	-	-	250.159	250.159	2.911.044	2.864.950	1.789.033	1.789.033
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-	1.350	1.350
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	-	5.245	5.245
Obrigações com FIDC	-	-	-	-	1.018.501	1.018.501	938.526	938.526
Outros passivos circulantes	236	236	163	163	699.230	699.230	773.134	773.134
Outros passivos não circulantes	286	286	287	287	435.516	435.516	474.952	474.952

O valor justo de empréstimos e financiamentos são baseados em premissas de mercado, que podem levar em consideração fluxos de caixa descontados usando taxas de mercado equivalentes e taxas de crédito. Todos os demais instrumentos financeiros, que são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas pelo seu valor de livros, são substancialmente similares a aqueles que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Entretanto, uma vez que não existe mercado ativo para estes instrumentos, diferenças podem existir se forem liquidados antecipadamente. A hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros acima é apresentada na nota 17.g.

c) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas controladas:

Risco de preço das *commodities*: é o risco do efeito de flutuações nos preços dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em razão de operar num mercado de *commodities*, a Companhia poderá ter sua receita de vendas e seu custo dos produtos vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou matérias-primas. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preços no mercado nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: é o risco do efeito de flutuações de taxas de juros no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição a estes riscos: (i) comparando ativos e passivos financeiros denominados em taxas de juros fixas e flutuantes e (ii) monitorando os movimentos de taxas de juros como *Libor* e CDI. Desta forma, a Companhia pode contratar *swaps* de taxas de juros com objetivo de reduzir este risco.

Risco de taxas de câmbio: é o risco do efeito de flutuações das taxas de câmbio no valor dos ativos e passivos financeiros da Companhia ou de fluxos de caixa e receitas futuros. A Companhia avalia sua exposição cambial mensurando a diferença entre o valor de seus ativos e de seus passivos em moeda estrangeira. A Companhia entende que as contas a receber originadas por exportações, seu caixa e equivalentes de caixa denominados em moeda estrangeira e os investimentos no exterior mais do que equivalem a seus passivos denominados em moeda estrangeira. Mas como o gerenciamento destas exposições ocorre também a nível de cada operação, havendo um descasamento entre os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, a Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de mitigar o efeito das flutuações de taxa de câmbio.

Risco de crédito: esse risco advém da possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas ou de créditos detidos junto a instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes,

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições de primeira linha e com baixo risco de crédito, conforme avaliação de agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pelo Comitê Financeiro.

Risco de gerenciamento de capital: advém da escolha da Companhia em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras e o capital próprio (Patrimônio Líquido), baseada em políticas internas e benchmarks. Os indicadores chave (KPI – Key Performance Indicators) relacionados ao objetivo "Gestão da Estrutura de Capital" são: WACC (Custo Médio Ponderado do Capital), Dívida Líquida/EBITDA (Lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização), Índice de Cobertura das Despesas Financeiras Líquidas (EBITDA/Despesa Financeira Líquida) e Relação Dívida/Capitalização Total. A Dívida Líquida é formada pelo principal da dívida reduzida pelo caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (notas 4, 15 e 16). A Capitalização Total é formada pela Dívida Total (composta pelo principal da dívida) e pelo Patrimônio Líquido (Nota 24). A Companhia pode alterar sua estrutura de capital, conforme condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. Ao mesmo tempo, a Companhia procura melhorar seu ROCE (Retorno sobre Capital Empregado) através da implementação de uma gestão de capital de giro e de um programa eficiente de investimentos em imobilizado. No longo prazo, o Conselho de Administração da Controlada Gerdau S.A. definiu a manutenção dos parâmetros abaixo para fins consolidados, admitindo variações pontuais no curto prazo:

Dívida Líquida/EBITDAentre 1,0x a 1,5xLimite nominal da Dívida BrutaR\$ 12 BilhõesPrazo Médio> 6 anos

Estes indicadores chave são usados para monitorar os objetivos descritos acima e podem não ser utilizados como indicadores para outras finalidades, tais como testes de recuperabilidade de ativos.

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas compromissadas e de disponibilidade efetiva de linhas de crédito, com ou sem lastro em recebíveis de exportação, para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazo. Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos Empréstimos e financiamentos e Debêntures são apresentados nas notas 15 e 16, respectivamente.

					Controladora
					2019
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Outros passivos circulantes	236	236	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	286	-	-	-	286
	522	236	<u> </u>	_	286
					Controladora
	•				2018
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	19	19		_	
Empréstimos e financiamentos	428.446	428.446	-	-	-
Debêntures	251.831	251.831	-	-	-
Outros passivos circulantes	163	163	-	-	-
Outros passivos não circulantes	287_	<u> </u>	287		
	680.746	680.459	287	-	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

					Consolidado
					2019
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	3.762.768	3.762.768	-	_	-
Empréstimos e financiamentos	20.061.659	2.312.877	2.659.844	3.793.164	11.295.774
Debêntures	3.457.033	152.928	1.764.003	686.732	853.370
Obrigações com FIDC	1.018.501	-	-	-	1.018.501
Outros passivos circulantes	699.230	699.230	-	-	-
Outros passivos não-circulantes	435.516		20.079		415.437
	29.434.707	6.927.803	4.443.926	4.479.896	13.583.082
					G 11.1
					Consolidado
					2018
Obrigações contratuais	Total	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	
Obrigações contratuais Fornecedores	Total 4.335.071	Menos de 1 ano 4.335.071	1-3 anos	4-5 anos	2018
			1-3 anos - 5.053.827	4-5 anos - 2.509.962	2018
Fornecedores	4.335.071	4.335.071	-		2018 Mais de 5 anos
Fornecedores Empréstimos e financiamentos	4.335.071 21.042.179	4.335.071 3.245.792	5.053.827	2.509.962	2018 Mais de 5 anos - 10.232.598
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Debêntures	4.335.071 21.042.179 2.192.306	4.335.071 3.245.792 356.827	5.053.827	2.509.962	2018 Mais de 5 anos - 10.232.598
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	4.335.071 21.042.179 2.192.306 5.245	4.335.071 3.245.792 356.827	5.053.827	2.509.962	2018 Mais de 5 anos - 10.232.598 3.030
Fornecedores Empréstimos e financiamentos Debêntures Perdas não realizadas com instrumentos financeiros Obrigações com FIDC	4.335.071 21.042.179 2.192.306 5.245 938.526	4.335.071 3.245.792 356.827 5.245	5.053.827	2.509.962	2018 Mais de 5 anos - 10.232.598 3.030

Análises de sensibilidade:

A Companhia efetuou testes de análises de sensibilidade que podem ser assim resumidos:

Impacto na Demonstração dos Resultados

impacto na Demonstração dos Resurtados			
Premissa	Variação	2019	2018
Variações na moeda estrangeira	5%	112.355	112.795
Variações nas taxas de juros	10bps	70.891	55.189
Variações no preço dos produtos vendidos	1%	396.440	461.595
Variações no preço das matérias-primas e demais insumos	1%	258.894	296.234
Cross currency swaps (taxa de juros/moeda estrangeira)	10bps/5%	-	11.073
Swaps de taxas de juros	50bps	408	476
Contratos a termo de moedas	5%	_	7.063

Análise de sensibilidade das variações na moeda estrangeira (Foreign currency sensitivity analysis): em 31/12/2019 a Companhia está exposta principalmente a variações entre o Real e o Dólar. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 5% entre o Real e o Dólar em suas dívidas que não possuem hedge. Nesta análise, caso o Real se aprecie em relação ao Dólar, isto representaria um ganho de R\$ 112.355 e R\$ 71.718 após os efeitos decorrentes das alterações de hedge de investimento líquido descritos na nota 17.f - (R\$ 112.795 e R\$ 73.807 em 31/12/2018, respectivamente). Caso o Real se deprecie em relação ao Dólar isso representaria uma despesa de mesmo valor. Em função do investment hedge as variações são minimizadas quando analisadas as contas de variação cambial e imposto de renda.

Os valores líquidos de contas a receber e contas a pagar em moedas estrangeiras não apresentam riscos relevantes de impactos em virtude da oscilação na taxa de câmbio.

Análise de sensibilidade das variações na taxa de juros (*Interest rate sensitivity analysis*): a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 10 *basis points* (bps) sobre a taxa de juros média aplicável à parte flutuante de sua dívida. O impacto calculado, considerando esta variação na taxa de juros monta, em 31/12/2019, R\$ 70.891 (R\$ 55.189 em 31/12/2018) e impactaria a conta de Despesas financeiras na Demonstração Consolidada dos Resultados. As taxas de juros específicas a que a Companhia está exposta, as quais são

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

relacionadas aos Empréstimos e financiamentos e Debêntures, são apresentadas nas notas 15 e 16, e são principalmente compostas por Libor e CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

Análise de sensibilidade das variações no preço de venda das mercadorias e no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção: a Companhia está exposta a variações no preço de seus produtos. Esta exposição está relacionada à oscilação do preço de venda dos produtos da Companhia e ao preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção, principalmente por operar em um mercado de commodities. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou uma redução de 1% sobre ambos os preços. O impacto calculado considerando esta variação no preço dos produtos vendidos, levando em consideração as receitas e custos do período de doze meses findos em 31/12/2019, totaliza R\$ 396.440 (R\$ 461.595 em 31/12/2018) e matérias-primas e demais insumos montam R\$ 258.894 em 31/12/2019 (R\$ 296.234 em 31/12/2018). Os impactos no preço dos produtos vendidos e matérias-primas seriam registrados nas linhas de Receita líquida de vendas e Custo das vendas, respectivamente, na Demonstração Consolidada dos Resultados. A Companhia não espera estar mais vulnerável à mudança em um ou mais produtos específicos ou matérias-primas.

Análise de sensibilidade dos swaps de taxas de juros: a Companhia possui swap de taxa de juros para alguns de seus Empréstimos e financiamentos. A análise de sensibilidade efetuada pela Companhia considera os efeitos de um aumento ou de uma redução de 50 bps na curva de juros para as operações Pré x DI. Estas variações representam uma receita ou uma despesa de R\$ 408 (R\$ 11.549 em 31/12/2018, considerando que nesta posição possuíamos swaps de taxas de juros e de moedas). Estes efeitos seriam reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados.. Os swaps de taxas de juros que a Companhia está exposta são apresentados na nota 17.e.

Conforme determinado pela Instrução CVM Nº 475/08, segue quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo:

Operação	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
Contratos swap		50bps CDI	150bps CDI	500bps CDI
Swap de juros	Variação na taxa de juros	408	2.019	2.497

d) Instrumentos financeiros por categoria

Síntese dos instrumentos financ	eiros por cat	egoria:					
		Ü	Controladora				Consolidado
31/12/2019 Ativos	Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado		Custo amortizado	Ativos a valor justo por meio do resultado	Ativos a valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Aplicações financeiras	-	14.146	14.146	-	3.652.949		3.652.949
Partes relacionadas	-	-	-	95.445	-	-	95.445
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	-	-	-	-	2.846	2.846
Outros ativos circulantes	-	-	-	618.770	-	-	618.770
Outros ativos não-circulantes	287		287	464.455			464.455
Total	287	14.146	14.433	1.178.670	3.652.949	2.846	4.834.465
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2019	2.169	1.297	3.466	282.011	94.056	-	376.067
			Controladora	a			Consolidado
	_			Passivo	s a valor		
				justo por			
Passivos		Custo amortizado	Total	<u>l r</u>	resultado Cust	o amortizado	Total
Empréstimos e Financiamentos		-		-	-	13.138.823	13.138.823
Debêntures		-		-	-	2.911.044	2.911.044
Obrigações com FIDC		_		-	-	1.018.501	1.018.501
Outros passivos circulantes		236	236	5	-	699.230	699.230
Outros passivos não-circulantes		286	286	5	-	435.516	435.516
Total		522	522	2	-	18.203.114	18.203.114
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12	2/2019	(14.395)	(14.395))	(20.636)	(1.875.574)	(1.896.210)
			Controladora				Consolidado
	•	Ativos a valor justo			Ativos a valor justo	Ativos a valor justo	
31/12/2018		por meio do			por meio do	por meio de outros	
Ativos	Custo amortizado		Total	Custo amortizado	resultado	resultados	Total
Aplicações financeiras		- 24.427	24.427		459.470	-	459.470
Partes relacionadas		-		27.939	-	22.417	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros Outros ativos circulantes	377		372	780.794	-	33.417	33.417 780.794
Outros ativos circulantes Outros ativos não-circulantes	320		320	780.794 369.674	80.238		780.794 449.912
Total	692		25.119	1.178.407	539.708	33,417	1.751.532
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018	4.110		7,433	633,860	118.404	33.417	752.264
Resultado financeiro do exercício findo em 51/12/2018	4.110	0 3.323	7.433	033.800	110.404	-	/32.204

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Controladora			Consolidado
			Passivos a valor		
			justo por meio do		
Passivos	Custo amortizado	Total	resultado	Custo amortizado	Total
Empréstimos e Financiamentos	398.691	398.691	-	13.766.532	13.766.532
Debêntures	250.159	250.159	-	1.789.033	1.789.033
Partes relacionadas	-	-	-	1.350	1.350
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	-	5.245	-	5.245
Obrigações com FIDC	-	-	-	938.526	938.526
Outros passivos circulantes	163	163	-	773.134	773.134
Outros passivos não-circulantes	287	287		474.952	474.952
Total	649.300	649.300	5.245	17.743.527	17.748.772
Resultado financeiro do exercício findo em 31/12/2018	(50.943)	(50.943)	(17.484)	(2.668.085)	(2.685.569)

Em 31/12/2019, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e contratos a termo de Dólar. Destes instrumentos, parte está classificada como *hedge* de fluxo de caixa (*cash flow hedge*) e sua efetividade pode ser mensurada, tendo suas perdas e/ou ganhos não realizados classificados diretamente em Outros Resultados Abrangentes. Os demais instrumentos financeiros derivativos tiveram suas perdas e/ou ganhos realizados e não realizados apresentados na conta ganhos (perdas) com instrumentos financeiros, líquido na demonstração consolidada dos resultados.

e) Operações com instrumentos financeiros derivativos

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos: a fim de executar sua estratégia de crescimento sustentável, a Companhia implementa estratégias de gerenciamento de risco com o objetivo de mitigar os riscos de mercado.

O objetivo da Companhia ao contratar operações de derivativos está sempre relacionado à eliminação dos riscos de mercado, identificados em nossas políticas e diretrizes. Todos os instrumentos derivativos em vigor são revisados mensalmente pelo Comitê de Riscos Financeiros, que valida o valor justo de tais instrumentos. Todos os ganhos e perdas dos instrumentos derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Política de uso de derivativos: a Companhia está exposta a vários riscos de mercado, entre os quais, a flutuação das taxas de câmbio, taxas de juros e preços de *commodities*. A Companhia utiliza derivativos e outros instrumentos financeiros para reduzir o impacto de tais riscos no valor de seus ativos e passivos financeiros ou fluxo de caixa e receitas futuros. A Companhia estabeleceu políticas para verificar os riscos de mercado e para aprovar a utilização de operações de instrumentos financeiros derivativos relacionados a estes riscos. A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos exclusivamente para gerenciar os riscos de mercado mencionados acima e nunca com propósitos especulativos. Instrumentos financeiros derivativos são somente utilizados quando eles possuem uma posição correspondente (ativo ou passivo descoberto), proveniente das operações de negócios, investimentos e financiamentos da Companhia.

Política de apuração do valor justo: o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado através de modelos e outras técnicas de valoração, dentre as quais preços futuros e curvas de mercado.

As operações de derivativos podem incluir: swaps de taxas de juros e/ou de moeda, contratos futuros de moeda e contratos de opcões de moeda.

Contratos de Swap

A Companhia contratou operação de *swap* Pré x DI, através da qual recebe uma taxa de juros fixa e paga uma taxa de juros flutuante, ambas em moeda local. As contrapartes são sempre instituições financeiras de primeira linha e com baixo risco de crédito.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Os instrumentos derivativos podem ser resumidos e categorizados da seguinte forma:

							Consolidado
	_		Valor de referência		Valor a receber		Valor a pagar
Contratos de Proteção Patrimonial	Posição	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Contratos a termo de Dólar							
Vencimento em 2019	comprado em US\$	=	US\$ 19,2 milhões	=	=	=	(4.069)
Vencimento em 2019	vendido em US\$	=	US\$ 18,3 milhões	=	462	-	(1.176)
Contratos cross currency swap							
Vencimento em 2019	CDI 111,50%	-	R\$ 230,5 milhões	-	30.249	-	-
Contratos swap de taxa de juros							
Vencimento em 2020	CDI 111,50%	R\$ 50,0 milhões	R\$ 50,0 milhões	2.846	2.706	-	-
Total valor justo instrumentos financeiros				2.846	33.417		(5.245)
Os testes prospectivos e retro	spectivos demo	nstraram a efe	tividade destes	instrumentos.			
Ganhos não realizados com	instrumentos	financeiros			2019		2018
					2016		20.711

Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2019	2018
Ativo circulante	2.846	30.711
Ativo não-circulante	-	2.706
	2.846	33.417
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros		
Passivo circulante	-	(5.245)
	-	(5.245)
Demonstração do Resultado	2019	2018
Ganho com instrumentos financeiros	5.518	49.576
Perda com instrumentos financeiros	(20.636)	(17.484)
	(15.118)	32.092
Demonstração do Resultado Abrangente		
Ganho com instrumentos financeiros	3.502	11.947
	3.502	11.947

f) Hedge de investimento líquido (Net investment hedge)

A Companhia optou por designar como *hedge* parte dos investimentos líquidos em controladas no exterior em contrapartida às operações de *Ten/Thirty Years Bonds*. Como consequência, o efeito da variação cambial dessas dívidas tem sido reconhecido na Demonstração dos Resultados Abrangentes.

A variação cambial gerada sobre as operações de *Ten/Thirty Years Bonds* no montante de US\$ 1,8 bilhão (designadas como hedge) é reconhecida na demonstração dos resultados abrangentes, enquanto que a variação cambial sobre a parcela de US\$ 0,3 bilhão (não designada como hedge) é reconhecida no resultado.

Com base na norma e na interpretação citadas acima, a Companhia provou a efetividade do hedge a partir das suas datas de designação e demonstrou a alta efetividade do *hedge* a partir da contratação de cada dívida para aquisição dessas empresas no exterior, cujos efeitos foram mensurados e reconhecidos diretamente nos Resultados Abrangentes como uma perda não realizada no montante de R\$ 119.476 para o exercício findo em 31/12/2019, na Controladora (perda de R\$ 572.101 para o exercício findo em 31/12/2018) e como uma perda não realizada, liquida de impostos, no montante de R\$ 322.948 para o exercício findo em 31/12/2019, no Consolidado (perda de R\$ 1.191.534 para o exercício findo em 31/12/2018).

O objetivo do *hedge* é proteger, durante a existência da dívida, o valor de parte do investimento da Companhia em controladas no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio. Este objetivo é consistente com a

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Os testes prospectivos e retrospectivos demonstraram a efetividade destes instrumentos.

g) Mensuração do valor justo:

As IFRS definem o valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma também estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela empresa, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis. As IFRS descrevem os três níveis de informações que devem ser utilizados na mensuração ao valor justo:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2 – Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.

Nível 3 – Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Em 31/12/2019, a Companhia mantinha certos ativos cuja mensuração ao valor justo é requerida em bases recorrentes. Estes ativos incluem investimentos em títulos privados e instrumentos derivativos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia, mensurados a valor justo em bases recorrentes e sujeitos a divulgação conforme os requerimentos da IFRS 7 (CPC 40) em 31/12/2019, são os seguintes:

						Controladora ao valor justo
	Si	aldo Contábil	Preços cotados o ativos para ati		Preços cotados não ativos para ati	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante						
Aplicações financeiras	14.146	24.427	14.146	24.427	-	-
Outros ativos circulantes	-	372	-	-	-	372
Ativo não-circulante						
Outros ativos não-circulantes	287	320			287	320_
	14.433	25.119	14.146	24.427	287	692
Passivo circulante						
Empréstimos e Financiamentos	-	398.691	-	_	-	398.691
Debêntures	-	250.159	-	-	-	250.159
Outros passivos circulantes	236	163	-	-	236	163
Passivo não-circulante						
Outros passivos não circulantes	286	287		_	286	287
	522	649.300		-	522	649.300

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

						Consolidado
					Mensuração	ao valor justo
				Preços cotados		
			Preços cotados o ativos para ati	vos idênticos	não ativ	os para ativos similares
		Saldo Contábil		(Nível 1)		(Nível 2)
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo circulante						
Aplicações financeiras	3.652.949	459.470	-	114.027	3.652.949	345.443
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	2.846	30.711	-	-	2.846	30.711
Outros ativos circulantes	618.770	780.794	-	-	618.770	780.794
Ativo não-circulante						
Partes relacionadas	95.445	27.939	-	-	95.445	27.939
Ganhos não realizados com instrumentos financeiros	-	2.706	-	-	-	2.706
Outros ativos não-circulantes	464.455	449.912			464.455	449.912
	4.834.465	1.751.532	- -	114.027	4.834.465	1.637.505
Passivo circulante						
Empréstimos e Financiamentos	1.544.211	2.220.874	-	-	1.544.211	2.220.874
Debêntures	18.015	252.915	-		18.015	252.915
Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	-	5.245	-	-	-	5.245
Outros passivos circulantes	699.230	773.134	-	-	699.230	773.134
Passivo não-circulante						
Empréstimos e Financiamentos	11.594.612	11.545.658	-	-	11.594.612	11.545.658
Debêntures	2.893.029	1.536.118	-	-	2.893.029	1.536.118
Partes relacionadas	-	1.350	-	-	-	1.350
Obrigações com FIDC	1.018.501	938.526	-	-	1.018.501	938.526
Outros passivos não circulantes	435.516	474.952			435.516	474.952
-	18.203.114	17.748.772		-	18.203.114	17.748.772

h) Movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

Conforme requerido pela norma IAS 7 (CPC 03), a Companhia demonstra a seguir a movimentação dos passivos do Fluxo de caixa das atividades de financiamento, da sua Demonstração dos Fluxos de Caixa:

		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Controladora	Saldo em 31/12/2018	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2019
Empréstimos, Financiamentos, Debentures, Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros e Obrigações por compra de ações	648.850	(378.309)	(34.652)	11.570	(247.459)	-

		Alteraç	ões caixa	Alteraçõe	s não caixa	
Controladora	Saldo em 01/01/2018	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2018
Empréstimos, Financiamentos, Debentures, Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros e Obrigações por compra de ações	707.647	(72.222)	(27.355)	37.673	3.107	648.850

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Consolidado	Saldo em 31/12/2018	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial e outros	Saldo em 31/12/2019
Partes Relacionadas, líquidas	(26.589)	(64.089)	-	(4.767)	-	(95.445)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	15.527.393	322.181	(979.679)	949.690	227.436	16.047.021

		Alterações caixa		Alterações não caixa		
Consolidado	Saldo em 01/01/2018	Recebidos/(Pagos) de atividades de financiamento	Pagamento de Juros	Despesa de juros sobre dívidas e Juros sobre mútuos	Variação cambial, baixa por venda de empresa controlada e outros	Saldo em 31/12/2018
Partes Relacionadas, líquidas	(51.839)	25.755	-	(545)	40	(26.589)
Empréstimos, Financiamentos, Debentures e Ganhos e Perdas não realizadas com instrumentos financeiros	17.218.497	(3.511.866)	(1.189.719)	1.215.359	1.795.122	15.527.393

NOTA 18 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Encargos sociais sobre folha de pagamento			75.385	58.907
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	-	-	47.244	25.385
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	14	16	6.668	2.178
Imposto sobre Produtos Industrializados	-	-	13.252	14.372
Imposto sobre valor agregado e outros	115	108	290.567	250.827
	129	124	433.116	351.669

NOTA 19 – PASSIVOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E ATIVOS CONTINGENTES

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista. A Administração, baseada na opinião de seus consultores legais, acredita que a provisão para estas ações judiciais e administrativas é suficiente para cobrir perdas prováveis e razoavelmente estimáveis decorrentes de decisões desfavoráveis, bem como que as decisões definitivas não terão efeitos significativos na posição econômico-financeira da Companhia e suas controladas.

A provisão foi constituída considerando o julgamento dos assessores legais e da Administração para os processos cuja expectativa de perda foi avaliada como provável, sendo suficiente para fazer face às perdas esperadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

Cantualadana

Compolidada

Ī) Provisões

Controladora		Consolidado	
2018	2019	2018	
-	396.821	268.009	
1.692	358.826	451.042	
<u>-</u>	55.369	52.946	
1.692	811.016	771.997	
	2018 - 1.692 -	2018 2019 - 396.821 1.692 358.826 - 55.369	

a) Provisões tributárias

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas a compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Provisões trabalhistas

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais e/ou administrativas de natureza trabalhista, individuais e coletivas, que envolvem verbas trabalhistas diversas e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

c) Provisões cíveis

A Companhia é parte em um grupo de ações judiciais, arbitrais e/ou administrativas de natureza cível que envolvem pedidos diversos e a provisão decorre de decisões desfavoráveis e/ou de probabilidade de perda provável no curso normal dos processos com expectativa de saída de recurso financeiro pela Companhia.

A movimentação da provisão para passivos tributários, cíveis e trabalhistas está demonstrada abaixo:

	Controladora			Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Saldo no início do exercício	1.692	1.698	771.997	829.583
(+) Adições	4	716	249.871	178.400
(+) Atualização monetária	172	977	70.961	86.603
(-) Reversão de valores provisionados	(151)	(1.699)	(282.390)	(321.420)
(+/-) Efeito do câmbio sobre provisões em moeda estrangeira	-	-	577	(1.169)
Saldo no final do exercício	1.717	1.692	811.016	771.997

II) Passivos contingentes não provisionados

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, os processos relacionados a seguir possuem expectativa de perda avaliada como possível (mas, não provável) e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas contábeis.

a) Contingências tributárias

- **a.1**) A Companhia e suas controladas Gerdau S.A., Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em discussões judiciais e administrativas que tratam de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS, substancialmente relativas a direito de crédito e diferencial de alíquota, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 632.782.
- **a.2**) A Companhia e algumas de suas controladas no Brasil são partes em demandas que tratam de (i) Imposto sobre Produtos Industrializados IPI, substancialmente relativas a crédito de IPI sobre insumos, cujas demandas perfazem o total atualizado de R\$ 336.134, (ii) Programa de Integração Social PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social COFINS, substancialmente relativas a não homologação de compensação de créditos sobre insumos no total de R\$ 1.072.644, (iii) contribuições previdenciárias no total de R\$ 95.436; e (iv) outros tributos, cujo valor total atualizado importa hoje em R\$ 618.748.
- a.3) A Companhia e suas controladas Gerdau S.A e Gerdau Aços Longos S.A. são partes em processos administrativos relativos ao Imposto de Renda Retido na Fonte, cobrados sobre juros remetidos ao exterior, vinculados a financiamentos de exportação formalizados mediante Contratos de "Pré-pagamento de Exportações" (PPE) ou de "Recebimento Antecipado de Exportações" (RAE), no valor atualizado de R\$ 754.215, dos quais: (i) R\$ 128.495 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) e ao qual foi negado provimento pelo voto de qualidade, tendo sido interposto Recurso Especial em 17/05/2019, que se encontra pendente de julgamento pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF); (ii) R\$ 136.053 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos que teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do CARF em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento, tendo sido opostos Embargos de Declaração em 27/12/2019, que, atualmente, aguardam julgamento; (iii) R\$ 138.291 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada parcialmente improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário em 03/06/2019, que se encontra pendente de julgamento na primeira instância do CARF; (iv) R\$ 156.788 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A., que

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

teve seu Recurso Voluntário julgado na primeira instância do Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) em 05/11/2019, ao qual foi negado provimento por maioria de votos, e aguarda intimação da decisão para os recursos cabíveis; e (v) R\$ 194.588 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A., que teve sua impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, em 17/06/2019, que se encontra pendente de julgamento.

- a.4) A controlada da Companhia, Gerdau S.A., é parte em processos administrativos relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7° e 8° da Lei n° 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido CSLL, decorrente de reestruturação societária iniciada em 2010. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 431.718, dos quais: (i) R\$ 23.800 correspondem a um processo em que a controlada teve sua impugnação julgada procedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento, resultando em um acórdão que cancelou integralmente o Auto de Infração. Porém, em julgamento realizado pelo Conselho Administrativo de Recurso Fiscais (CARF) em 23/01/2019, foi dado provimento ao recurso de ofício em favor da Fazenda Nacional, por meio de acórdão em face do qual, em 21/06/2019, a Companhia apresentou Embargos de Declaração, que aguardam julgamento. (ii) R\$ 196.730 correspondem a um processo em que a controlada teve sua impugnação julgada improcedente pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ) e interpôs Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que se encontra pendente de julgamento; e (iii) R\$ 68.993 correspondem a um processo em que a controlada teve sua impugnação julgada improcedente e interpôs Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que se encontra pendente de julgamento; (iv) R\$ 142.194 correspondem a um novo Auto de Infração recebido pela controlada em 02/12/2019, em face do qual apresentou Impugnação em 27/12/2019, atualmente, pendente de julgamento.
- a.5) A Controlada da Companhia, Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e sua controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda. são partes em processos administrativos e judiciais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, no valor atualizado de R\$ 1.236.144. Tais processos dizem respeito a lucros gerados no exterior, dos quais: (i) R\$1.053.855, correspondem a dois processos da Controlada Gerdau Internacional Empreendimentos Ltda., sendo que (i.a) R\$ 1.018.448 correspondem a uma Execução Fiscal em face da qual a Companhia interpôs Embargos à Execução que foram julgados parcialmente improcedentes, por meio de sentença proferida em 15/07/2019, que foi objeto de Recurso de Apelação interposto pela empresa, atualmente, pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e (i.b) R\$35.407 correspondem a um processo parcialmente provido pela Câmara Superior de Recursos Fiscais do CARF (CSRF), em decisão publicada em 25/05/2017 e já transitada em julgado; as matérias não analisadas anteriormente pela primeira instância do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conforme determinado pela decisão da CSRF, foram objeto de julgamento em 16/10/2019, por decisão parcialmente favorável, em face da qual a empresa aguarda manifestação da Fazenda Nacional, para apuração final do débito remanescente; e (ii) R\$ 182.289 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seu Recurso Especial julgado pela Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF), em 04/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a controlada aguarda intimação da decisão para tomar as providências cabíveis para a discussão judicial.
- a.6) As Controladas da Companhia, Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., são partes em processos administrativos e judiciais relativos à glosa da dedutibilidade do ágio gerado nos termos dos artigos 7º e 8º da Lei nº 9.532/97, da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, decorrente da reorganização societária realizada em 2004/2005. O valor total atualizado das autuações importa em R\$ 7.780.131, dos quais: (i) R\$ 5.282.017 correspondem a quatro processos da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.) e de suas Controladas Gerdau Aços Longos S.A. e Gerdau Açominas S.A., cuja discussão administrativa já se encerrou e se encontram atualmente em fase de cobrança judicial, tendo as Companhias ofertado garantias judiciais, em sede de medida cautelar, mediante Seguro Garantia, e iniciado as discussões judiciais em Embargos à Execução, nos respectivos processos, sendo que, nos Embargos à Execução ajuizados pela Controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), em 17/05/2018, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, em face da qual a Fazenda Nacional interpôs recurso de Apelação que se encontra pendente de julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região; e ainda, nos Embargos à Execução ajuizados pela Controlada Gerdau Aços Longos S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Comercial de Aços S.A.), em 03/10/2019, foi proferida sentença julgando improcedente o lançamento fiscal, estando em curso o prazo para a interposição de recursos por parte da Fazenda Nacional; (ii) R\$ 311.885 correspondem a um processo da Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

administrativa já se encerrou e se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 08/07/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iii) R\$ 289.372 correspondem a um processo da Controlada Gerdau Aços Longos S/A, em que parte do débito cuja discussão administrativa já se encerrou se encontra em discussão judicial, nos autos de Embargos à Execução protocolados em 14/08/2019, atualmente pendentes de julgamento; (iv) R\$ 4.219 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que aguarda julgamento de seu Recurso Especial interposto à CSRF, ao qual foi dado seguimento parcial; (v) R\$ 66.619 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cujo Recurso Especial interposto à CSRF foi julgado em 05/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a controlada aguarda intimação da decisão para tomar as providências cabíveis para a discussão judicial; (vi) R\$ 132.928 correspondem a um processo da controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve Recurso Especial parcialmente admitido e se encontra pendente de julgamento; (vii) R\$ 567.904 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve seu Recurso Voluntário parcialmente provido, por decisão proferida pelo CARF em 18/09/2018 e notificada à empresa em 15/04/2019. Tal decisão foi objeto de Recurso Especial pela Fazenda Nacional e Recurso Especial protocolado pela empresa em 29/04/2019, ambos atualmente pendentes de julgamento; (viii) R\$ 104.913 correspondem a um processo da Controlada Gerdau S.A. (na condição de sucessora de Gerdau Aços Especiais S.A.), que teve seu Recurso Voluntário julgado pela primeira instância do CARF em 10/12/2019, ao qual foi negado provimento; atualmente, a Controlada aguarda intimação da decisão para a oposição dos recursos cabíveis; (ix) R\$ 545.606 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., que teve sua Impugnação julgada improcedente, por decisão da qual tomou conhecimento em 27/11/2018 e em face da qual interpôs Recurso Voluntário à primeira instância do CARF, atualmente pendente de julgamento; e (x) R\$ 474.667 correspondem a um processo da controlada Gerdau Aços Longos S.A., cujo Auto de Infração foi recebido em 11/09/2019 e em face do qual foi apresentada impugnação em 10/10/2019, atualmente pendente de julgamento pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento (DRJ).

Os assessores jurídicos tributários da Companhia confirmam que os procedimentos adotados pela Companhia, com relação ao tratamento tributário dos lucros gerados no exterior e à dedutibilidade do ágio, que ensejaram os processos acima mencionados, observaram a estrita legalidade, e, portanto, tais processos são classificados como de perda possível (mas, não provável).

As autoridades federais e o Judiciário brasileiros estão investigando determinados assuntos relacionados aos procedimentos no CARF, bem como doações eleitorais específicas efetuadas pela Companhia, com a finalidade de determinar se a Companhia teria incorrido em condutas ilícitas. A Companhia divulgou anteriormente que, adicionalmente às suas interações com as autoridades brasileiras, estava fornecendo informações requeridas pela U.S. Securities and Exchange Commission ("SEC"). Desde então, a empresa foi informada pela equipe da SEC de que encerrou sua investigação e, portanto, não está buscando mais informações da empresa, com relação a tais assuntos. A Companhia acredita não ser possível, neste momento, prever a duração ou os resultados dos procedimentos no Brasil e que atualmente não há informações suficientes para determinar se uma provisão para perdas é requerida ou para divulgar qualquer contingência.

b) Contingências cíveis

b.1) Processo decorrente de representação de dois sindicatos de construção civil de São Paulo, alegando que Gerdau S.A. e outros produtores de aços longos no Brasil dividem clientes entre si, infringindo a legislação antitruste. Após investigações conduzidas pela SDE - Secretaria de Direito Econômico, a opinião desta foi de que existiu um cartel. O processo, então, foi encaminhado ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para julgamento, que culminou na condenação da Companhia e demais empresas produtoras de aços longos, em 23/09/2005, ao pagamento de multa equivalente a 7% do faturamento bruto, por elas registrado, no exercício anterior à instauração do Processo Administrativo, excluídos impostos (multa de R\$ 245.070 que, atualizados, em 01/08/2013, pela Contadoria Judicial, correspondem a R\$ 417.820).

Duas ações judiciais questionam a investigação conduzida pelo Sistema de Defesa da Concorrência e seu julgamento de mérito, cujos fundamentos são irregularidades processuais, em especial o impedimento para a produção de prova, consubstanciada em estudo econômico, para a comprovação da inexistência de cartel. A suspenção dos efeitos da decisão do CADE foi deferida pelo Juízo, mediante oferta de carta de fiança bancária. Ambas as ações foram julgadas improcedentes e suas respectivas apelações também foram improvidas pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Contra ambas decisões, foram interpostos recursos direcionados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal, após juízo de admissibilidade, o recurso ao Superior Tribunal de Justiça foi admitido com deferimento de efeito suspensivo e da substituição da fiança ofertada por seguro garantia, em decisão de 8/10/2019.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Independentemente do resultado de seus recursos, a Gerdau continuará buscando todos os remédios jurídicos cabíveis para defesa de seus direitos.

A Gerdau nega ter se engajado em qualquer tipo de conduta anticompetitiva e está certa de que não praticou a conduta que lhe foi imputada, entendimento esse partilhado por consultores legais, que consideram possível a reversão de sua condenação.

b.2) A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza cível que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 276.519. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

c) Contingências trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em outras demandas de natureza trabalhista que possuem em conjunto um montante em discussão de aproximadamente R\$ 184.067. Para tais demandas não foi efetuada provisão contábil, pois estas foram consideradas como de perda possível, com base na opinião de seus consultores legais.

d) Processo administrativo - Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 14/07/2015, a Gerdau S.A. efetuou a aquisição de participações minoritárias nas sociedades: Gerdau Aços Longos S.A. (4,77%), Gerdau Açominas S.A. (3,50%), Gerdau Aços Especiais S.A. (2,39%) e Gerdau América Latina Participações S.A. (4,90%), tendo como contrapartes Itaú Unibanco S.A. e Arcelor Mittal Netherlands BV. A aprovação dessa transação foi dada em reunião do Conselho de Administração da Gerdau S.A. por unanimidade de voto dos conselheiros em 13/07/2015, tomando por base a oportunidade de mercado e a análise de que os preços eram adequados levando-se em consideração: as avaliações econômicas realizadas através de laudo independente, os instrumentos financeiros utilizados, os prazos de pagamento, a captura de valor através de um fluxo de caixa mais concentrado e a visão de longo prazo para a Gerdau. A Gerdau, em atendimento às solicitações de esclarecimento da CVM sobre a aquisição, destacou que a decisão para sua realização teve mérito exclusivamente empresarial e foi regularmente deliberada e aprovada pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração. Os termos e condições para a aquisição consideraram perspectivas de mercado de longo prazo. Em 21/10/2016 a Metalúrgica Gerdau S.A e alguns administradores e ex-administradores da Gerdau S.A. apresentaram defesa em processo administrativo instaurado pela CVM sobre essa aquisição de participações minoritárias em sociedades controladas, no sentido de que a operação foi negocialmente justificada, como dito acima. Em 03/12/2019, o referido processo administrativo foi julgado pela CVM, sendo absolvidos todos os acusados, com exceção de um administrador e um ex-administrador da Gerdau condenados ao pagamento de multas por suposta falha nas divulgações ao mercado relativas à transação. Existe possibilidade de interposição de recursos perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional por esse administrador e ex-administrador.

III) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

		Controladora		Consolidado
	2019	2018	2019	2018
Tributários	258	261	1.838.226	1.964.120
Trabalhistas	1.386	1.554	114.765	128.174
Cíveis	783	603	41.152	45.538
	2.427	2.418	1.994.143	2.137.832

O saldo de depósitos judiciais registrado em 31/12/2019, no montante de R\$ 1.650.976, corresponde a depósitos judiciais realizados até junho/2017, referentes à mesma discussão sobre a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, aguarda o encerramento processual das ações no judiciário para ser restituído à Companhia.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Para tais ações, a Companhia e suas controladas vinham realizando depósitos judiciais e provisões contábeis dos valores em discussão, atualizados pela taxa SELIC, que se referiam aos valores não liquidados de PIS e COFINS desde 2009, cuja exigibilidade estava integralmente suspensa, em função da realização dos referidos depósitos.

Em 15/03/2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) analisou processo relacionado a esse assunto, e, por 6 votos a 4, foi tomada a seguinte decisão: "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS". A decisão tomada pelo STF, a princípio, produz efeitos em todos os processos judiciais em curso, em função de sua repercussão geral. Contudo, após a publicação do acórdão em 02/10/2017, a Procuradoria da Fazenda Nacional opôs recurso de embargos de declaração, alegando que a decisão do Supremo foi omissa em determinados pontos, e requereu a modulação dos efeitos da decisão, o que pode limitar a produção dos seus efeitos para os contribuintes.

Uma provisão é reconhecida apenas quando "seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação" dentre outros requisitos. Em 31/03/2017, a Companhia, baseada (i) na conclusão do referido julgamento pelo Plenário STF no Recurso Extraordinário de nº 574.706/RG com repercussão geral, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, e (ii) nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), realizou a reversão da provisão contábil registrando os montantes de R\$ 929.711 na linha de Reversão de passivos contingentes, líquido (Resultado Operacional) e R\$ 369.819, na linha de Reversão de atualização de passivos contingentes, líquido (Resultado Financeiro), em sua Demonstração dos Resultados. A decisão da Companhia está amparada pelo posicionamento dos seus assessores jurídicos, que, ao reavaliar a probabilidade de perda nas ações em curso relacionadas ao tema, concluíram que a probabilidade de perda, quanto ao julgamento do mérito nas referidas ações, passou a ser remota, a partir da mencionada decisão.

A Companhia enfatiza, contudo, que, em função da possibilidade de que o STF entenda como presentes os requisitos para aplicação de modulação ao caso, e de que a aplicação de tal instrumento resulte na limitação dos efeitos da decisão já proferida, poderá ser necessária uma reavaliação do risco de perda associado às referidas ações. A depender, portanto, dos termos da modulação, conforme definidos pelo STF, tal reavaliação poderá resultar na necessidade de constituição de novas provisões sobre este tema no futuro.

Por fim, a Companhia informa que duas das ações acima mencionadas já contam com decisão final transitada em julgado. A primeira delas transitou em julgado em 19/07/2019 assegurando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, no valor de R\$ 122 milhões (R\$ 79 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação, o que foi realizado 16/09/2019, no montante de R\$ 179 Milhões. A segunda transitou em julgado em 18/12/2019, assegurando-lhe: i) o direito à recuperação dos pagamentos indevidos realizados antes da propositura da ação, bem como durante a sua tramitação, no valor de R\$ 280 milhões (R\$ 185 milhões, líquidos de impostos), e ii) o direito ao levantamento dos depósitos judiciais realizados durante o trâmite desta ação no montante de R\$ 187 milhões.

IV) Ativos contingentes - Empréstimos compulsórios Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás)

O Empréstimo Compulsório, instituído pelo Governo brasileiro com o objetivo de expandir e melhorar o setor elétrico do país foi cobrado e recolhido dos consumidores industriais com consumo mensal igual ou superior a 2000kwh, através das "contas de luz" emitidas pelas empresas distribuidoras de energia elétrica, foi revertido em créditos para os contribuintes tendo como base o valor anual destas contribuições efetuadas entre 1977 e 1993. A legislação fixou um prazo máximo de 20 anos para devolução do empréstimo compulsório aos contribuintes, facultando à Eletrobrás a possibilidade de antecipação dessa devolução, através de conversão dos créditos em ações, estes eram corrigidos através de um indexador e quantificador, denominado Unidade Padrão (UP). Ocorre que o Empréstimo Compulsório era cobrado das empresas mensalmente nas contas de energia elétrica, consolidado durante o ano, e apenas indexado pela UP em janeiro do ano seguinte, ocasionando uma falta de correção monetária mensal durante os anos de recolhimento, assim como os juros. Esse procedimento imputou aos contribuintes considerável perda financeira, em especial durante períodos em que os índices de inflação situavam-se em patamares mensais bastante elevados.

Como forma de buscar a adequada correção monetária e juros, subtraídos pela metodologia aplicada pela Eletrobrás, a Companhia (entendendo-se as pessoas jurídicas existentes à época e que posteriormente passaram a integrar a Gerdau S.A.) postulou ações judiciais pleiteando créditos decorrentes de diferenças de correção monetária de principal, juros

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

remuneratórios, moratórios e demais verbas acessórias devidas pela Eletrobrás em razão dos empréstimos compulsórios, que totalizam aproximadamente R\$ 1.260 milhões. Em 2015, processos que envolvem montantes representativos tiveram seus méritos julgados definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ de forma favorável a Companhia de forma que não cabem mais recursos contra estas decisões ("Trânsito em Julgado") quanto aos direitos pleiteados. Para as ações com decisão Transitada em Julgado, resta ainda a execução de sentença (ou fase de execução) onde serão apurados os efetivos valores a serem liquidados.

A obtenção de decisões favoráveis representadas pelo Trânsito em Julgado mencionado acima permite considerar que uma entrada de benefícios econômicos pode ocorrer no futuro. No entanto, ainda existem incertezas substanciais sobre o prazo, a forma e o montante que será realizado, não sendo ainda desta forma praticável determinar com segurança que o valor do ganho sob a forma de encaixe dos recursos decorrentes dessas decisões tenha atingido o patamar de praticamente certo (virtually certain) e que a Companhia possua o controle sobre tais ativos, o que implica em que tais ganhos não sejam registrados contabilmente até que tais condições estejam comprovadamente presentes.

NOTA 20 – SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Composição dos saldos de mútuos

		Consolidado
	2019	2018
Mútuos ativos		
Empresa com controle em conjunto		
Gerdau Corsa SAPI de C.V.	73.607	72
Outros		
Fundação Gerdau	21.838	27.867
	95.445	27.939
Mútuos passivos		
Empresa com controle em conjunto		
Diaco S.A.		(1.350)
		(1.350)
Receitas financeiras líquidas	4.767	545
Receitas financeiras líquidas	4.767	545

b) Operações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, a Companhia, através de suas controladas, efetuou operações comerciais com algumas de suas empresas coligadas e com controle em conjunto decorrentes de vendas no montante de R\$ 1.572.618 em 31/12/2019 (R\$ 1.382.584 em 31/12/2018) e de compras no montante de R\$ 198.636 em 31/12/2019 (R\$ 129.513 em 31/12/2018). O saldo líquido monta R\$ 1.373.982 em 31/12/2019 (R\$ 1.253.071 em 31/12/2018).

Nos exercícios findos em 31/12/2019 e 2018, a Companhia e suas controladas efetuaram transações com acionistas controladores, direta ou indiretamente, referentes, dentre outros, a avais prestados pelos controladores em garantia de debêntures, sobre os quais a Companhia paga uma remuneração de 0,95% a.a., calculada sobre o montante avalizado. O efeito destas transações na controladora e no consolidado foi uma despesa de R\$ 68 (R\$ 194 em 31/12/2018). Adicionalmente, a Companhia registrou uma receita de R\$ 554 (R\$ 445 em 31/12/2018) em termos consolidados, oriunda de contrato de locação.

A Metalúrgica Gerdau S.A. possui valor de aplicação financeira em sua controlada Paraopeba – Fundo de Investimento Renda Fixa no montante de R\$ 14.146 (R\$ 24.427 em 31/12/2018).

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Garantias concedidas

Parte Relacionada	Vínculo	Objeto	Valor Original	Vencimento	2019	2018
Gerdau Corsa S.A.P.I. de C.V.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	1.750.249	out/22 - out/24	1.784.868	1.933.929
Gerdau Summit Aços Fundidos e Forjados S.A.	Empresa com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	130.164	ago/25	37.285	41.571
Gerdau Metaldom S.A. e Gerdau Corsa S.A.P.I de C.V.	Associada e Empresas com controle em conjunto	Contratos de Financiamento	274.560	fev/20	241.842	198.619

c) Debêntures

Das debêntures em circulação, estão em poder de empresas controladas, títulos no montante de R\$ 0 em 31/12/2019 (R\$ 42.755 em 31/12/2018), que corresponde a 0 debêntures (546 em 31/12/2018). Em termos consolidados, estão em poder de acionistas controladores, direta ou indiretamente, títulos no montante de R\$ 0 em 31/12/2019 (R\$ 0 em 31/12/2018), que corresponde a 0 debêntures (0 em 31/12/2018).

d) Condições de preços e encargos

Os contratos de mútuos entre as partes relacionadas são atualizados por taxas de mercado como a taxa CDI e taxa Libor mais variação cambial, quando aplicável. As transações de compras e vendas de insumos e produtos são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes.

e) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31/12/2019, o custo com remuneração da administração, em salários, remuneração variável e benefícios foi de R\$ 3.122 (R\$ 4.628 em 31/12/2018) na controladora e R\$ 35.481 (R\$ 54.939 em 31/12/2018) em termos consolidados. Em 31/12/2019, as contribuições para os planos de pensão no consolidado, relativas aos seus administradores, totalizaram R\$ 0 e R\$ 1.687 – Plano de contribuição definida (R\$ 84 e 1.679 em 31/12/2018) na controladora e no consolidado, respectivamente.

As ações restritas e ações condicionadas ao resultado totalizaram entre os administradores, no final do exercício:

	2019	2018
No início do Exercício	6.375.547	5.945.310
Outorgadas	1.083.116	1.255.286
Exercidas	(627.076)	(511.333)
Anuladas	(38.553)	-
Ajuste de base	(75.163)	(313.716)
No final do Exercício	6.717.872	6.375.547

Informações adicionais sobre o plano de opções de compra de ações e ações restritas são apresentadas na Nota 27.

O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, atribuíveis aos conselheiros e diretores, totalizou R\$ 26.631 em 31/12/2019 (R\$ 23.189 em 31/12/2018) em termos consolidados.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 21 – BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Considerando todas as modalidades de benefícios a empregados concedidos pela Companhia e suas controladas, a posição de ativos e passivos é a seguinte, em 31/12/2019:

		Consolidado
	2019	2018
Ativo atuarial com plano de pensão - contribuição definida	45.381	17.952
Total do ativo	45.381	17.952
		_
Passivo atuarial com plano de pensão - benefício definido	1.138.592	1.057.846
Passivo atuarial com o benefício de saúde pós-emprego	298.989	272.369
Passivo com benefício de aposentadoria e desligamento	32.863	26.502
Total do passivo	1.470.444	1.356.717
Parcela do Circulante Parcela do Não-circulante	495 1.469.949	157 1.356.560
1 arctia do Nao-circulante	1.702.242	1.550.500

a) Plano de pensão com benefício definido - pós emprego

A Companhia, através de suas controladas norte-americanas, patrocina planos de benefício definido (planos norte-americanos) que proporcionam complementação de benefícios de aposentadoria cobrindo seus empregados nos Estados Unidos e Canadá.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas no Brasil patrocinam plano de pensão de benefício definido (planos brasileiros), os quais são administrados pela Gerdau - Sociedade de Previdência Privada, entidade fechada de previdência complementar. Em 2010, foi aprovado o saldamento destes planos, sendo assegurado aos participantes o direito ao benefício saldado. Todos os participantes destes planos, agora saldados, poderiam: (i) optar por aderir a um novo plano de contribuição definida, sendo permitida a transferência do montante referente à reserva matemática individual do plano saldado para o novo Plano e agregar valor a essa reserva por meio de contribuições futuras do participante e da patrocinadora, além da rentabilidade dos recursos; ou (ii) não transferir a reserva e manter o benefício saldado no plano de benefício definido, corrigido somente pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor).

As premissas adotadas para os planos de pensão podem ter um efeito significativo sobre os montantes divulgados para estes planos. Em virtude do processo de migração e encerramento dos planos de pensão brasileiros efetuado em 2010, a Companhia não está calculando os possíveis efeitos de mudanças nas taxas de desconto para estes planos, sendo apresentados abaixo os possíveis efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de mudanças para os planos norteamericanos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%_
Efeito no resultado decorrente da variação na taxa de desconto	(16.203)	12.383

Em 31/12/2019, o saldo acumulado reconhecido nos resultados abrangentes para os benefícios a empregados apresentados a seguir é R\$ (1.124.572) (R\$ (1.079.011) em 31/12/2018) para o consolidado.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

Plano de Pensão de Benefício Definido

A composição da despesa corrente do plano de pensão referente ao componente de benefício definido é a seguinte:

		Consolidado
	2019	2018
Custo do serviço corrente	54.518	60.803
Custo financeiro	189.544	82.513
Receita de juros sobre os ativos do plano	(163.148)	(59.692)
Custo do serviço passado	2.302	7.065
Liquidações/Reduções	(4.712)	3.220
Restrição ao custo dos juros devido a limitação de recuperação	16.247	20.023
Custo líquido com plano de pensão	94.751	113.932

A conciliação dos ativos e passivos dos planos é apresentada a seguir:

		Consolidado
	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.601.965)	(4.391.251)
Valor justo dos ativos do plano	3.656.891	3.568.934
Restrição ao ativo atuarial devido à limitação de recuperação	(193.517)	(218.576)
Efeito líquido	(1.138.591)	(1.040.893)
Ativo reconhecido		_
Passivo reconhecido	(1.138.591)	(1.040.893)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano foi a seguinte:

_	Consolidado	
	2019	2018
Variação na obrigação de benefício		_
Obrigação de benefício no início do exercício	4.391.251	4.314.592
Custo do serviço corrente	54.518	60.803
Custo financeiro	189.544	188.729
Pagamento de benefícios	(309.817)	(318.198)
Custo do serviço passado	2.302	7.065
Valores suplementares do plano	-	17.078
Liquidações/Reduções	(498.493)	(61.369)
Remensurações atuariais	546.911	(370.083)
Variação cambial	225.749	552.634
Obrigação de benefício no final do exercício	4.601.965	4.391.251

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

		Consolidado
	2019	2018
Variação nos ativos do plano		
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	3.568.934	3.456.613
Receita de juros sobre os ativos do plano	163.148	165.908
Contribuições dos patrocinadores	162.650	197.828
Liquidações/Reduções	(493.781)	(64.868)
Pagamentos de benefícios	(309.817)	(318.198)
Remunerações	386.767	(253.301)
Variação cambial	178.990	384.952
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	3.656.891	3.568.934

O valor justo dos ativos do plano inclui ações da Companhia no montante de R\$ 0 (R\$ 676 em 31/12/2018) e ações e debêntures de sua controlada Gerdau S.A. no montante de R\$ 10.221 (R\$ 3.427 em 31/12/2018).

As remensurações reconhecidas na demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Remunerações	_	-	(386.767)	253.301
Remensurações atuariais	-	-	546.911	(370.083)
Efeito de restrição reconhecido nos resultados abrangentes		<u> </u>	(94.198)	(43.197)
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes		_	65.946	(159.979)
Remensurações reconhecidas nos resultados abrangentes por equivalência patrimonial de controladas	16.834	(58.593)	-	-
Total reconhecido nos resultados abrangentes	16.834	(58.593)	65.946	(159.979)

O histórico das remensurações atuariais é o seguinte:

o instatico das temensarações ataariais e o seguinte.					
					Controladora
	2019	2018	2017	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	-	-	-	-	-
Valor justo dos ativos do plano			_	_	
Superávit					
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)		-	-	-	(41)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)			_	_	60
					Consolidado
	2019	2018	2017	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	(4.601.965)	(4.391.251)	(4.314.592)	(4.174.653)	(4.739.299)
Valor justo dos ativos do plano	3.656.891	3.568.934	3.456.613	3.292.890	3.865.411
Superávit/Déficit	(945.074)	(822.317)	(857.979)	(881.763)	(873.888)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano (Ganho)	546.911	(370.083)	235.549	186.905	(202.790)
Ajustes de experiência nos ativos do plano (Ganho)	(386.767)	253.301	(232.214)	(109.153)	235.335

As remensurações são reconhecidas no período em que ocorrem e são registradas diretamente nos Resultados Abrangentes.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

A alocação dos ativos do plano está demonstrada abaixo:

		2019
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	54,9%
Renda Variável	-	42,2%
Outros	2%	2,9%
Total	100%	100%
		2018
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Renda Fixa	98,0%	58,1%
Renda Variável	-	36,5%
Outros	2%_	5,4%

A estratégia de investimento dos Planos Brasileiros é baseada em um cenário macroeconômico de longo prazo. Tal cenário considera um risco Brasil mais baixo, crescimento econômico moderado, níveis estáveis de inflação e de taxas de câmbio, e taxas de juros moderadas.

As controladas nos Estados Unidos e Canadá possuem um Comitê de Investimentos que define a política de investimentos relacionada com os planos de benefício definido. O objetivo primário de investimento é garantir a segurança dos benefícios que foram provisionados nos planos, oferecendo uma adequada variedade de ativos separada e independente da Companhia. Para atingir esse objetivo, o fundo deve investir de modo a manter as salvaguardas e diversidade às quais um prudente investidor de fundo de pensão normalmente iria aderir. Essas controladas contratam consultores especializados que orientam e suportam as decisões e recomendações do Comitê de Investimentos.

A política de diversidade de recursos considera a diversificação e os objetivos de investimento, bem como a liquidez requerida. Para isso, a meta de alocação dos planos americanos varia entre 50% em renda variável (ações), 40% em renda fixa (títulos da dívida) e 10% em títulos alternativos e para os planos brasileiros se aproxima de 100% em renda fixa.

A seguir apresentamos um resumo das premissas adotadas para cálculo e contabilização do componente de benefício definido dos planos em 2019 e 2018, respectivamente, tanto para a Companhia quanto para o consolidado:

		2019
	Planos Brasileiros	Planos Americanos
Taxa média de desconto	7,16%	3,00% - 3,25%
Taxa de aumento da remuneração	Não aplicável	3,00%
Tábua de mortalidade	AT-2000 por sexo	RP-2006 e MP-2019
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000, por sexo	RP-2006 e MP-2019
Taxa de rotatividade	Nula	Baseada na idade e/ou
		no serviço
		2018
	Planos Brasileiros	2018 Planos Americanos
Taxa média de desconto	Planos Brasileiros 9,10%	
Taxa média de desconto Taxa de aumento da remuneração		Planos Americanos
	9,10%	Planos Americanos 3,50% - 4,25%
Taxa de aumento da remuneração	9,10% Não aplicável	Planos Americanos 3,50% - 4,25% 3,00%
Taxa de aumento da remuneração Tábua de mortalidade	9,10% Não aplicável AT-2000 por sexo	Planos Americanos 3,50% - 4,25% 3,00% RP-2006 e MP-2018

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Plano de pensão com contribuição definida - pós-emprego

A Companhia e suas controladas no Brasil, nos Estados Unidos e no Canadá mantém um plano de contribuição definida para o qual são feitas contribuições pela patrocinadora numa proporção da contribuição feita pelos seus empregados optantes. O total do custo nesta modalidade foi de R\$ 118.283 em 2019 (R\$ 123.225 em 2018) no consolidado.

c) Plano de benefício de saúde - pós-emprego

O Plano americano prevê, além do plano de pensão, benefícios de saúde específicos para colaboradores aposentados, desde que se aposentem após certa idade, com uma quantidade específica de anos de serviço. As controladas nos Estados Unidos e Canadá têm o direito de modificar ou eliminar esses benefícios e as contribuições são baseadas em montantes determinados atuarialmente.

Os componentes do custo periódico líquido para os benefícios de saúde pós-emprego são os seguintes:

	2019	2018
Custo do serviço corrente	3.302	4.144
Custo financeiro	10.656	11.082
Custo do serviço passado	(2.717)	(40.740)
Custo líquido com plano de saúde	11.241	(25.514)

A tabela a seguir mostra o status do fundo para o benefício de saúde pós-emprego:

	2019	2018
Valor presente da obrigação de benefício definido	(298.989)	(272.959)
Passivo total líquido	(298.989)	(272.959)

A movimentação das obrigações atuariais e dos ativos do plano de saúde foi a seguinte:

	2019	2018
Variação na obrigação de benefício		
Obrigação de benefício no início do exercício	272.959	316.364
Custo do serviço corrente	3.302	4.144
Custo financeiro	10.656	11.082
Custo do serviço passado	(2.717)	(40.740)
Contribuições dos participantes	2.088	1.496
Pagamento de benefícios	(15.331)	(18.655)
Remensurações	11.202	(40.841)
Variação cambial	16.830	40.109
Obrigação de benefício no final do exercício	298.989	272.959
	2019	2018
Variação nos ativos do plano		
Contribuições dos patrocinadores	13.243	17.159
Contribuições dos participantes	2.088	1.496
Pagamentos de benefícios	(15.331)	(18.655)
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	_	-

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O histórico das remensurações atuariais do plano de saúde é o seguinte:

	2019	2018	2017	2016	2015
Valor presente da obrigação de benefício definido	(298.989)	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)
Déficit	(298.989)	(272.959)	(316.364)	(305.447)	(446.843)
Ajustes de experiência nas obrigações do plano - Perda (Ganho)	11.202	(40.841)	(14.452)	(3.673)	(45.884)

As remensurações no plano de saúde reconhecidas na Demonstração dos resultados abrangentes são as seguintes:

	2019	2018
Remunerações	11.202	(40.841)
Remensurações reconhecidas nos Resultados Abrangentes	11.202	(40.841)

As premissas adotadas na contabilização dos benefícios de saúde pós-emprego foram:

	2019	2018
Taxa média de desconto	3,00% - 3,25%	3,75% - 4,25%
Tratamento de saúde - taxa assumida próximo ano	5,80% - 6,70%	6,60% - 6,75%
Tratamento de saúde - taxa assumida de declínio de custo a alcançar nos anos de	4,00% - 4,40%	4,00% - 4,40%
2028 a 2041		

As premissas adotadas para os benefícios de saúde pós-emprego tem um efeito significativo sobre os montantes divulgados para os planos de benefícios de saúde pós-emprego. A mudança de um ponto percentual sobre as taxas de benefícios de saúde pós-emprego assumidas teriam os seguintes efeitos:

	Aumento de 1 %	Redução de 1%
Efeito sobre o total do custo do serviço e custo de juros	1.886	(1.519)
Efeito sobre as obrigações do plano de benefício	37.867	(30.937)

d) Outros benefícios de aposentadoria e desligamento

Os valores referem-se a planos de aposentadoria e desligamento e visam à complementação salarial até a data de aposentadoria, ajuda de custo e demais benefícios decorrentes do desligamento e da aposentadoria dos colaboradores. A Companhia estima que o saldo destes benefícios é de R\$ 32.863 em 31/12/2019 (R\$ 26.502 em 31/12/2018).

NOTA 22 – PROVISÃO PARA PASSIVOS AMBIENTAIS

A indústria siderúrgica usa e gera substâncias que podem causar danos ambientais. A Companhia e suas controladas entendem estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis nos países nos quais conduzem operações. A Administração da Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra, com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para investigação, tratamento e limpeza das localidades potencialmente impactadas. Os saldos das provisões são os seguintes:

	Consolidado	
	2019	2018
Provisão para passivos ambientais	112.308	132.647
Parcela do Circulante	60.913	60.419
Parcela do Não-circulante	51.395	72.228

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 23 – OBRIGAÇÕES COM FIDC – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITÓRIO

Parte dos ativos decorrentes dos julgamentos favoráveis dos créditos junto à Eletrobrás, mencionados na nota explicativa 19 iv, foram utilizados para constituição de um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados, constituído e devidamente autorizado pela Comissão de Valores Mobiliários para funcionamento ("FIDC NP Barzel"). Em 14/07/2015, a cota única desse FIDC foi alienada em transação de aquisição de participações minoritárias em empresas controladas pela Gerdau S.A.

A Companhia assegura ao FIDC, através de cláusula de ajuste de preço do contrato de cessão, rentabilidade mínima sobre o valor de cessão dos direitos creditórios sobre as ações judiciais. Em contrapartida, caso os valores recebidos nas ações judiciais sejam superiores ao valor de cessão, devidamente corrigidos, a Companhia terá direito a parte substancial desse ganho. Adicionalmente, a Companhia detém o direito de primeira oferta para recompra dos referidos direitos creditórios nas hipóteses de alienação pelo Fundo conforme contrato de cessão para o qual tem registrado R\$ 1.018.501 em 31/12/2019 (R\$ 938.526 em 31/12/2018) no Consolidado em "Obrigações com FIDC".

NOTA 24 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Conselho de Administração poderá, independentemente de reforma estatutária, deliberar a emissão de novas ações (capital autorizado), inclusive mediante a capitalização de lucros e reservas até o limite autorizado de 500.000.000 ações ordinárias e 1.000.000.000 ações preferenciais, todas sem valor nominal. No caso de aumento de capital por subscrição de novas ações, o direito de preferência deverá ser exercido no prazo decadencial de 30 dias, exceto quando se tratar de oferta pública, quando o prazo decadencial não será inferior a 10 dias.

A reconciliação do número de ações ordinárias e preferenciais, em circulação, no início e no fim dos exercícios é apresentada a seguir:

		2019		2018
	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais
Saldo no início do exercício	331.256.682	648.164.765	330.071.442	645.794.285
Emissão de ações	33.854.519	67.709.038	1.185.240	2.370.480
Saldo no fim do período/exercício	365.111.201	715.873.803	331.256.682	648.164.765

A composição acionária está assim representada:

											Composição a	acionária
						2019						2018
Acionistas	Ord.	%	Pref.	%	Total	%	Ord.	%	Pref.	%	Total	%
Indac - Ind. Adm. e Com. Ltda e coligadas*	270.708.180	74,1	1.739.262	0,2	272.447.442	25,1	260.934.814	78,8	2.357.044	0,4	263.291.858	26,7
Investidores institucionais brasileiros	36.547.669	10,0	317.369.192	43,9	353.916.861	32,6	24.978.982	7,5	276.633.644	42,2	301.612.626	30,6
Investidores institucionais estrangeiros	3.151.001	0,9	201.741.882	28,0	204.892.883	18,7	361.667	0,1	192.117.809	29,3	192.479.476	19,5
Outros acionistas	54.704.351	15,0	195.023.467	27,0	249.727.818	23,0	44.981.219	13,6	177.056.268	27,1	222.037.487	22,6
Ações em tesouraria		0,0	6.258.200	0,9	6.258.200	0,6		0,0	6.258.200	1,0	6.258.200	0,6
	365.111.201	100,0	722.132.003	100,0	1.087.243.204	100,0	331.256.682	100,0	654.422.965	100,0	985.679.647	100,0

^{*} As empresas Indac – Ind. Adm. e Com. Lida. e Grupo Gerdau Empreendimentos Lida. são as controladoras da Companhia e a Cindac - Empreendimentos e Participações é a entidade controladora da Companhia em última instância.

Em 31/12/2019 estão subscritas e integralizadas 365.111.201 ações ordinárias (331.256.682 em 31/12/2018) e 722.132.003 ações preferenciais (654.422.965 em 31/12/2018), totalizando o capital social realizado em R\$ 8.208.826 (R\$ 7.960.908 em 31/12/2018), líquido dos custos de aumento de capital.

Conforme descrito na nota 15, a Companhia emitiu Debêntures Conversíveis ou Permutáveis em Ações em 2016 e como resultado das Conversões de ações realizadas durante exercício findo em 31/12/2019, o Conselho de Administração da Companhia homologou aumentos de capital totalizando R\$ 247.918 e representando a emissão de 33.854.519 ações ordinárias e 67.709.038 ações preferenciais.

As ações preferenciais não têm direito a voto, não podem ser resgatadas e participam em igualdade de condições em relação às ações ordinárias na distribuição de lucros, além de ter prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

b) Ações em tesouraria

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

		2019		2018
	Ações		Ações	
	Preferenciais	R\$	Preferenciais	R\$
Saldo inicial	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861
Saldo final	6.258.200	69.861	6.258.200	69.861

Em 31/12/2019, a Companhia mantinha em tesouraria 6.258.200 ações preferenciais pelo valor de R\$ 69.861. Estas ações serão utilizadas para atender ao "Programa de Incentivo de Longo Prazo" da Companhia ou mantidas em tesouraria para posterior cancelamento. O custo médio de aquisição das ações preferências em tesouraria é de R\$ 11,16.

c) Reservas de lucros

- I) Legal pela legislação societária brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para a reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de dividendos.
- II) Incentivos fiscais pela legislação societária brasileira, a Companhia pode destinar, para a reserva de incentivos fiscais, a parcela do lucro líquido decorrente de doações e subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo dos dividendos.
- III) Investimentos e capital de giro é composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas, e inclui as reservas estatutárias previstas no Estatuto Social da Companhia. O Conselho de Administração pode propor aos acionistas a transferência de pelo menos 5% do lucro líquido de cada ano apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para uma reserva estatutária (Reserva de Investimentos e Capital de Giro). A reserva é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não pode exceder o montante do capital integralizado. A reserva pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de acões.
- d) Ajustes de avaliação patrimonial são compostos pelos ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira, ganhos e perdas não realizadas em *hedge* de investimento líquido, ajustes de ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes, despesa com plano de opções de ações reconhecido e pelas opções de ações exercidas e efeitos de acionistas não controladores sobre entidades consolidadas.
- e) Dividendos e juros sobre o capital próprio os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, um dividendo mínimo obrigatório de 30% do lucro líquido ajustado. Não houve pagamento de juros sobre o capital próprio no Exercício 2019.

2010

	2019	2010
Lucro líquido do exercício	425.084	799.010
Constituição da reserva legal	(19.661)	(39.950)
Recomposição da reserva de incentivos fiscais	-	(99.223)
Constituição da reserva de incentivos fiscais	(31.857)	(6.544)
Lucro líquido ajustado	373.566	653.293
Juros sobre capital próprio e dividendos	(125.704)	(244.477)
Lucro liquido remanescente	247.862	408.816
Constituição de reserva de investimento e capital de giro	(247.862)	(408.816)

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

O montante de juros sobre o capital próprio e dividendos creditados no exercício foi de R\$ 125.704 conforme demonstrado a seguir:

			Açoes em				
Período	Natureza	R\$/ação	circulação (mil)	Crédito	Pagamento	2019	2018
1º trimestre	Dividendos	0,04	980.624	17/05/2019	30/05/2019	39.225	39.089
2º trimestre	Dividendos	0,04	1.080.984	16/08/2019	29/08/2019	43.239	68.412
3° trimestre	Dividendos	0,02	1.080.984	11/11/2019	26/11/2019	21.620	88.005
4º trimestre	Dividendos	0,02	1.080.985	28/02/2020	12/03/2020	21.620	48.971
Dividendos					_	125.704	244.477
					_		
Crédito por ação	o (R\$)					0,12	0,25

NOTA 25 - LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação (em R\$) – Diluído (ações ordinárias e preferenciais)

De acordo com a norma IAS 33 – Lucro por ação, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Básico

Dasico			2019			2018
-	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
-		exceto ações e dados po			exceto ações e dados	
Numerador	(======================================	P		(,		F == =3==>)
Lucro líquido alocado disponível para acionistas						
ordinários e preferenciais	143.679	281.405	425.084	270.334	528.676	799.010
Denominador						
Média ponderada de ações deduzindo a média das						
ações em tesouraria.	346.301.225	678.253.851	=	330.584.973	646.503.802	
Lucro por ação (em R\$) – Básico	0,41	0,41	=	0,82	0,82	
Diluído						
				201	9	2018
Numerador diluído						
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias e prefe	erenciais					
Lucro líquido disponível para as ações preferenciais				281.40	5	528.676
Menos:						
	, ,					
Ajuste ao lucro líquido disponível para as ações preferen ações preferenciais e ordinárias, como resultado das potenci						339
ações preferenciais e ordinarias, como resultado das potenci	iais conversões das Dec	entures da 3a emissão		281.40	5	529.015
			-			
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias				143.67	9	270.334
Mais:						
Ajuste ao lucro líquido disponível para as ações ordinária	as aonsidarando o notar	naial inaramanta nas aasaa				
preferenciais e ordinárias, como resultado das potenciais con	•		8		_	(339)
preferencials e ordinarias, como resultado das potenciais con	irversoes das Debenture	os da sa cinissão		143.67	9	269.995
					= =====	
Denominador diluído						
Média ponderada das ações						
Ações ordinárias Média ponderada das ações ordinárias				346.301.22	5	330.584.973
Potencial incremento nas ações ordinárias em função da	s Dehêntures da 5a em	issão		340.301.22	-	30.233.042
Total Ações Ordinárias	is Descritures du su em	13340		346.301.22	5	360.818.015
,						
Ações preferenciais					_	
Média ponderada das ações preferenciais	1 D10	. ~		678.253.85	I	646.503.802
Potencial incremento nas ações preferenciais em função Total Ações Preferenciais	das Debentures da 5a o	emissa0		678.253.85	-	60.466.084 706.969.886
1 otal Açocs 1 leterenciais				070.233.03	1	700.505.880
Total				1.024.555.07	6	1.067.787.901
1 Otal						

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 26 – RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

A receita líquida de vendas para o exercício possui a seguinte composição:

		Consolidado
	2019	2018
Receita bruta de vendas	44.558.309	51.861.423
Impostos incidentes sobre vendas	(3.819.812)	(3.793.516)
Descontos	(1.094.487)	(1.908.429)
Receita líquida de vendas	39.644.010	46.159.478

NOTA 27 - PLANOS DE INCENTIVOS DE LONGO PRAZO

a) Plano de ações restritas e ações condicionadas a resultados:

	Consolidado
Em 01/01/2018	18.975.084
Outorgadas	2.411.345
Canceladas	(3.150.635)
Exercidas	(3.974.293)
Em 31/12/2018	14.261.501
Outorgadas	2.647.995
Canceladas	(2.104.754)
Exercidas	(1.786.335)
Em 31/12/2019	13.018.407

A Companhia reconhece o custo do plano incentivos de longo prazo através de Ações Restritas e Ações Condicionadas a Resultados com base no valor justo das opções outorgadas na data da outorga ao longo do período de carência de exercício de cada outorga. O período de carência do exercício é de 3 anos para as outorgas efetuadas a partir do ano de 2017 e de 5 anos para as outorgas efetuadas até o ano de 2016. O custo com planos de incentivos de longo prazo reconhecidos no resultado, em 31/12/2018, foi de R\$ 43.895 (R\$ 41.186 em 31/12/2018).

A Companhia possui, em 31/12/2019, um total de 19.020.418 ações preferenciais em tesouraria e, conforme nota 24, essas ações poderão ser utilizadas para atendimento destes planos.

Concolidado

b) Plano de opções de ações:

				Consolidado
		31/12/2019		31/12/2018
	Número de	Preço médio de	Número de	Preço médio de
	opções	exercício	opções	exercício
		R\$		R\$
No início do exercício	15.480	16,72	292.391	17,91
Opções exercidas	-	-	(33.499)	14,86
Opções canceladas	(15.480)	16,72	(243.412)	18,62
No final do exercício		-	15.480	16,72

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 28 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Informações por segmentos de negócio:

											Exe	ercício findo em:
		Operação Brasil	Operação A	mérica do Norte	Operação.	Operação América do Sul Operação Aços Especiais			Elimi	nações e ajustes		Consolidado
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	16.122.171	15.745.161	14.656.028	19.927.390	3.259.253	3.801.210	6.701.900	8.158.626	(1.095.342)	(1.472.909)	39.644.010	46.159.478
Custo das vendas	(14.363.253)	(13.044.433)	(13.351.209)	(18.164.834)	(2.762.157)	(3.230.952)	(6.167.502)	(7.064.608)	1.203.395	1.494.727	(35.440.726)	(40.010.100)
Lucro bruto	1.758.918	2.700.728	1.304.819	1.762.556	497.096	570.258	534.398	1.094.018	108.053	21.818	4.203.284	6.149.378
Despesas com vendas, gerais e administrativas	(539.344)	(564.031)	(444.326)	(607.581)	(119.627)	(136.707)	(170.170)	(186.037)	(163.886)	(166.990)	(1.437.353)	(1.661.346)
Outras receitas (despesas) operacionais	293.806	(33.814)	30.048	19.114	15.510	(11.421)	33.058	10.081	53.398	(44.920)	425.820	(60.960)
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e vendas de participações em controladas	-	-	-	=	-	-	-	-	-	(414.507)	-	(414.507)
Resultado da equivalência patrimonial	(828)	(1.700)	(110.959)	(77.872)	66.468	51.648	6.776	15.629	21.493	22.436	(17.050)	10.141
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	1.512.552	2.101.183	779.582	1.096.217	459.447	473.778	404.062	933.691	19.058	(582.163)	3.174.701	4.022.706
Resultado financeiro, líquido	(520.821)	(442.966)	(99.029)	(37.351)	(163.459)	(117.270)	(109.116)	(112.109)	(627.718)	(1.223.609)	(1.520.143)	(1.933.305)
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos	991.731	1.658.217	680.553	1.058.866	295.988	356.508	294.946	821.582	(608.660)	(1.805.772)	1.654.558	2.089.401
Imposto de renda e contribuição social	(214.400)	(410.651)	(188.458)	(224.897)	(100.341)	(86.667)	(60.749)	(191.386)	106.115	1.064.890	(457.833)	151.289
Lucro (Prejuízo) líquido do período	777.331	1.247.566	492.095	833.969	195.647	269.841	234.197	630.196	(502.545)	(740.882)	1.196.725	2.240.690
Informações suplementares:												
Receita líquida de vendas entre segmentos	920.659	1.280.770	62.196	84.335	=	4.988	112.487	102.816	=	=	1.095.342	1.472.909
Depreciação/amortização	1.008.713	951.826	571.015	511.154	120.462	88.537	374.105	340.297	11	11	2.074.306	1.891.825
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial	11.472	3.250	681.807	301.271	748.392	701.233	224.201	213.899	146.527	148.149	1.812.399	1.367.802
Ativos totais	17.195.824	17.473.039	15.178.053	14.659.926	4.562.604	4.421.487	8.597.180	8.825.830	8.515.075	5.964.134	54.048.736	51.344.416
Passivos totais	4.686.686	8.072.380	4.506.771	4.935.210	996.876	1.053.007	1.604.885	1.736.085	15.026.265	10.175.263	26.821.483	25.971.945

Os principais produtos por segmento de negócio são:

Operação Brasil: vergalhões, barras, perfis e trefilados, tarugos, blocos, placas, fio-máquina, perfis estruturais e minério de ferro.

Operação América do Norte: vergalhões, barras, fio-máquina, perfis estruturais pesados e leves.

Operação América do Sul: vergalhões, barras e trefilados.

Operação Aços Especiais: aços inoxidáveis, barras quadradas, redondas e chatas, fio-máquina.

A coluna de eliminações e ajustes inclui as eliminações de vendas entre segmentos aplicáveis à Companhia no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

A informação geográfica da Companhia com as receitas classificadas de acordo com a região geográfica de onde os produtos foram embarcados é a seguinte:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

									Exe	rcício findo em:
Informações por área geográfica:		Brasil	An	nérica Latina (1)	Amér	rica do Norte (2)		Ásia		Consolidado
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Receita líquida de vendas	17.573.278	17.284.473	4.201.165	4.785.281	17.869.567	23.524.381	-	565.343	39.644.010	46.159.478
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativos totais	26.169.925	26.346.674	5.781.527	5.251.637	22.097.284	19.746.105	-	-	54.048.736	51.344.416

⁽¹⁾ Não inclui as operações do Brasil.

A norma IFRS estabelece que a Companhia deva divulgar a receita por produto a menos que a informação necessária não esteja disponível e o custo para obtê-la seja excessivo. Neste sentido, a administração não considera que a informação seja útil na tomada de decisões, pois implicaria em agregar vendas para diferentes mercados e com diferentes moedas, sujeitas a efeitos na variação da taxa de câmbio. Padrões de consumo de aço e dinâmica dos preços de cada produto ou grupo de produtos nos diferentes países e em mercados diferentes dentro desses países são muito pouco correlacionados, portanto, a informação seria de pouca utilidade e não serviria para se tirar conclusões sobre tendências e evolução histórica. Diante deste cenário e considerando que a abertura da receita por produtos não é mantida pela Companhia em uma base consolidada e que o custo para se obter a receita por produto seria excessivo em relação aos benefícios da informação, a Companhia não apresenta a abertura da receita por produto.

⁽²⁾ Não inclui as operações do México.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 29 - SEGUROS

As controladas mantêm contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

	_		Consolidado
Modalidade	Abrangência	2019	2018
Patrimônio	Os estoques e ativos imobilizados estão segurados para incêndio, danos		
	elétricos, explosão, quebra de máquina e extravasamento (derrame de material		
	em estado de fusão).	61.187.789	64.676.890
Lucro Cessante	Lucro líquido somado às despesas fixas	11.381.183	6.610.851
Responsabilidade Civil	Operações industriais	652.973	627.718

NOTA 30 – PERDAS PELA NÃO RECUPERABILIDADE DE ATIVOS

A Companhia realiza testes de recuperação de ativos, notadamente de ágio e de outros ativos de vida longa, com base em projeções de fluxo de caixa descontado que levam em consideração premissas como: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes aplicados aos fluxos em perpetuidade, metodologia para determinação de capital de giro, plano de investimentos e projeções econômico financeiras de longo prazo. Os testes de recuperação destes ativos são avaliados com base na análise e identificação de fatos ou circunstâncias que possam acarretar a necessidade de se realizar o teste de recuperabilidade e são efetuados anualmente em dezembro, sendo antecipado se eventos ou circunstâncias indiquem a necessidade.

Para a determinação do valor recuperável de cada segmento de negócio, a Companhia utiliza o método de fluxo de caixa descontado, utilizando como base projeções econômico-financeiras de cada segmento. As projeções são atualizadas levando em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e históricos de rentabilidade de cada segmento.

A Companhia mantém constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento.

30.1 Teste de recuperabilidade de outros ativos de vida longa

Em 2019 e 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de outros ativos de vida longa.

As taxas de desconto antes do imposto de renda utilizadas para este teste são as mesmas apresentadas na nota 30.2 do teste de recuperabilidade do ágio.

30.2 Teste de recuperabilidade do ágio

A Companhia possui quatro segmentos de negócio, os quais representam o menor nível no qual o ágio é monitorado pela Companhia. Em 2019 e 2018 não foram identificadas perdas pela não recuperabilidade de ágio.

O período de projeção dos fluxos de caixa para o teste de recuperabilidade do ágio foi de cinco anos. As premissas utilizadas para determinar o valor em uso pelo método do fluxo de caixa descontado elaborado em dólares incluem: projeções de fluxo de caixa com base nas estimativas da administração para fluxos de caixa futuros, taxas de câmbio, taxas de desconto e taxas de crescimento para determinação da perpetuidade. As projeções de fluxo de caixa já refletem um cenário competitivo mais desafiador do que o projetado em anos anteriores, resultante de uma deterioração nos mercados consumidores de aço e excesso de capacidade no setor, bem como desafios macroeconômicos em algumas das geografias que a Companhia tem operações. A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, níveis de capital de giro e investimentos. As taxas de crescimento da perpetuidade utilizadas para o teste do quarto trimestre

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

de 2019 são apresentadas a seguir: a) América do Norte 3% (3% em dezembro de 2018; b) Aços Especiais: 3% (3% em dezembro de 2018); c) América do Sul: 3% (3% em dezembro de 2018); e d) Brasil: 3% (3% em dezembro de 2018).

As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram elaboradas levando-se em consideração informações de mercado disponíveis na data dos testes. A Companhia adotou taxas distintas para cada um dos segmentos de negócio testados de forma a refletir as diferenças entre os mercados de atuação de cada segmento, bem como os riscos a eles associados. As taxas de desconto após o imposto de renda utilizadas foram: a) América do Norte 10,00% (11,00% em dezembro de 2018); b) Aços Especiais: 10,50% (11,50% em dezembro de 2018); c) América do Sul: 14,25% (13,00% em dezembro de 2018); e d) Brasil: 11,25% (12,50% em dezembro de 2018).

Os fluxos de caixa descontados são comparados com o valor contábil de cada segmento e resultam no valor recuperável conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.690 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.157 milhões em 2018); b) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 521 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 730 milhões em 2018); c) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.813 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.019 milhões em 2018); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 4.015 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.924 milhões em 2018).

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade das variáveis taxa de desconto e taxa de crescimento da perpetuidade, dado seus impactos potenciais nos fluxos de caixas.

Um acréscimo de 0,5 ponto percentual na taxa de desconto do fluxo de caixa de cada segmento resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 1.884 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.474 milhões em 2018), b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.207 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.483 milhões em 2018), c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 414 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 593 milhões em 2018); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 2.810 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.048 milhões em 2018).

Por sua vez, um decréscimo de 0,5 ponto percentual da taxa de crescimento da perpetuidade do fluxo de caixa de cada segmento de negócio resultaria em valor recuperável excedendo o valor contábil conforme demonstrado a seguir: a) América do Norte: excedeu o valor contábil em R\$ 2.098 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 1.672 milhões em 2018); b) Aços Especiais: excedeu o valor contábil em R\$ 2.369 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 2.645 milhões em 2018); c) América do Sul: excedeu o valor contábil em R\$ 455 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 640 milhões em 2018); e d) Brasil: excedeu o valor contábil em R\$ 3.115 milhões (excedeu o valor contábil em R\$ 3.318 milhões em 2018).

A Companhia manterá ao longo do próximo exercício seu constante monitoramento do mercado siderúrgico em busca de identificar uma eventual deterioração, queda significativa na demanda dos setores consumidores de aço (notadamente automotivos e de construção), paralisação de atividades de plantas industriais ou mudanças relevantes na economia ou mercado financeiro que acarretem em aumento da percepção de risco ou redução da liquidez e capacidade de refinanciamento. Ainda que as projeções adotadas pela Companhia contemplem um cenário mais desafiador do que aquele verificado nos últimos anos, os eventos mencionados anteriormente, se manifestados em uma intensidade maior do que aquela antecipada nos cenários contemplados pela Administração, podem levar a Companhia a rever suas projeções de Valor em Uso e, eventualmente, acarretar em perdas por não recuperabilidade.

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

NOTA 31 - DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IAS 1 (CPC 26), apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

		Controladora	Consolidae		
	2019	2018	2019	2018	
Depreciação e amortização	(11)	(11)	(2.074.306)	(1.891.825)	
Salários, Encargos Sociais e Benefícios	-	-	(5.175.373)	(5.724.352)	
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	-	-	(25.889.417)	(29.623.419)	
Fretes	-	-	(2.301.640)	(2.770.516)	
Outras despesas/receitas	(9.222)	(24.236)	(1.011.523)	(1.722.294)	
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e	-	-	-	(414.507)	
vendas de participações em controladas					
	(9.233)	(24.247)	(36.452.259)	(42.146.913)	
Classificados como:					
Custo dos produtos vendidos	-	_	(35.440.726)	(40.010.100)	
Despesas com vendas	_	_	(476.339)	(570.431)	
Despesas gerais e administrativas	(6.897)	(8.466)	(961.014)	(1.090.915)	
Outras receitas operacionais	388	50	637.235	235.197	
Outras despesas operacionais	(2.724)	(15.831)	(190.371)	(286.243)	
Perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros			(21.044)	(9.914)	
Ganhos e perdas em ativos mantidos para venda e	-	-	-	(414.507)	
vendas de participações em controladas					
	(9.233)	(24.247)	(36.452.259)	(42.146.913)	
					

NOTA 32 - RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora	Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Rendimento de aplicações financeiras Juros recebidos e outras receitas financeiras	1.297 2.169	3.323 4.110	88.538 138.141	72.044 139.389
Total Receitas Financeiras	3.466	7.433	226.679	211.433
Juros sobre a dívida Variações monetárias e outras despesas financeiras Total Despesas Financeiras	(13.738) (657) (14.395)	(41.783) (9.160) (50.943)	(951.858) (532.291) (1.484.149)	(1.219.470) (410.814) (1.630.284)
Despesas na recompra de Bonds Variação cambial, líquida Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros, líquido	- - -	- - -	(247.555) (15.118)	(223.925) (322.621) 32.092
Resultado Financeiro, Líquido	(10.929)	(43.510)	(1.520.143)	(1.933.305)
